

Giseli Martins

**A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES: O
OLHAR DOS GESTORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial de obtenção do título de Mestre em Administração Universitária
Orientadora: Prof.^a Carla Cristina Dutra Burigo, Dr.^a

Florianópolis
2017

M379m Martins, Giseli

A manutenção preventiva das edificações: o olhar dos gestores / Giseli Martins; orientadora, Carla Cristina Dutra Burigo. - Florianópolis, SC, 2017.

122 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Gestão Universitária. 2. Manutenção Preventiva das Edificações. 3. Política Institucional. 4. Política Pública de Expansão. I. Burigo, Carla Cristina Dutra. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

CDU 658

Giseli Martins

A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES: O OLHAR DOS GESTORES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial de obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Florianópolis, 25 de maio de 2017.

Prof.^a Alessandra de Linhares Jacobsen, Dr.^a
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Administração Universitária

Banca Examinadora:

Prof.^a Carla Cristina Dutra Burigo, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Alessandra de Linhares Jacobsen, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Raphael Schlickmann, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Elisa Flemming Luz, Dr.^a
Instituto Federal de Santa Catarina

Ao meus pais, Ademir Valdino Martins e Ladi Selma Martins (*in memoriam*), por terem oportunizado os caminhos iniciais para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

A Ademir Valdino Martins e Ladi Selma Martins (*in memoriam*), meus pais amados, pelo carinho, ensinamentos, incentivos e oportunidades que me proporcionaram ao longo da vida. A meus irmãos Karoline Martins e Marcelo Henrique Martins por terem compreendido minha ausência em alguns momentos nestes últimos dois anos, anos de muito estudo e de adaptação à ausência da nossa mãe.

A todos meus amigos por compreenderem os “nãos” recebidos para *happy hours*, encontros, passeios, praias, festas, todos eles foram necessários para que eu concluísse esta caminhada acadêmica. Obrigada por fazerem parte de minha vida e torcerem sempre por minhas conquistas.

À minha amiga Mariana Feminella Veiga, por ter me incentivado a participar do processo de seleção deste programa de mestrado, pela presteza e auxílio nos momentos de dificuldade acadêmica e pessoal.

À Carla Cristina Dutra Burigo, minha especial orientadora, por ter me adotado como orientanda, pelo exemplo de pessoa e profissional, pelos ensinamentos, paciência e sabedoria, com os quais fizeram com que esta engenheira saísse da caixinha e obtivesse um novo olhar sobre a gestão pública, o qual me possibilitou a construção desta Dissertação.

A Raphael Schlickmann, professor da disciplina O Campo da Administração Universitária no Brasil, pelos ensinamentos que ajudaram a compreender melhor a Administração Universitária e mostrar como este é um campo que tem muito a ser desvendado, pelas atividades lúdicas em sala de aula que me proporcionaram momentos de descontração e de grande aprendizado acadêmico, pelo aceite para compor a banca examinadora e pelas relevantes contribuições a este trabalho.

A Alessandra de Linhares Jacobsen, professora da disciplina Metodologia de Pesquisa em Administração, pelos ensinamentos, mostrando-me os caminhos metodológicos para ingressar neste Programa de Mestrado, haja vista que cursei esta disciplina como aluna especial, antes de ingressar no Mestrado. Seus ensinamentos foram imprescindíveis para minha caminhada, desde a investidura na vaga de mestranda até a finalização deste trabalho, assim como serão em minha futura caminhada como

pesquisadora. Agradeço ainda pela atenção sempre dispensada, pelo aceite para compor esta banca examinadora e pelas relevantes contribuições a este trabalho.

A Pedro Antônio de Melo, professor da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior, um estudioso e apaixonado pela Administração Universitária, pela presteza e atenção sempre dispensada, pelos ensinamentos sobre o complexo funcionamento do Ensino Superior e pelas relevantes contribuições para este trabalho.

À Elisa Flemming Luz, professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, ex-pró-reitora de administração, pela confiança dada ao me convidar para Chefia do Departamento de Obras e Engenharia, pela amizade, pelos ensinamentos profissionais e pessoais ao longo do tempo que estive como gestora, pela compreensão em aceitar minha exoneração da chefia antes do final do seu mandato, devido a minha necessidade de dedicação ao mestrado, pelo aceite para compor a banca examinadora e pelas relevantes contribuições a este trabalho.

Ao IFSC pela autorização para realização desta pesquisa, por oportunizar o meu desenvolvimento profissional, pela concessão de afastamento para pós-graduação.

À Rosângela Mauzer Casarotto, minha professora na Escola Técnica Federal de Santa Catarina e minha primeira chefe no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, pelas contribuições na minha caminhada acadêmica e profissional, pela confiança depositada em mim ao me tornar gestora com apenas um mês de instituição e por sempre me incentivar no meu aprimoramento profissional.

A Luiz Felipe Vieira Silva e Fabio Donath, meus colegas e superiores no Departamento de Obras e Engenharia neste período, estendendo aos demais colegas do Departamento de Obras e Engenharia, pelo incentivo, compreensão e pela grande parceria neste período de afastamento para pós-graduação.

Aos gestores do IFSC, sujeitos da pesquisa, que aceitaram conceder a entrevista prontamente, me receberam com carinho e fizeram ricas contribuições que foram fundamentais para o presente estudo.

Aos queridos colegas e parceiros de orientação do Mestrado, por terem feito as tardes de terça-feira ou quarta-feira, tardes de agradáveis encontros, compartilhamento de

experiências e conhecimentos, que com certeza contribuíram muito para minha caminhada e conclusão deste trabalho.

Aos colegas da turma 2015/1 do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC, pelas ricas discussões em sala de aula, pelo compartilhamento de ideias e conhecimentos, pela parceria, momentos de lazer e pela amizade.

Aos demais familiares e amigos pelo carinho e pela torcida.

*A felicidade aparece para aqueles que
choram.
Para aqueles que se machucam.
Para aqueles que buscam e tentam sempre.
E para aqueles que reconhecem
a importância das pessoas que passam por
suas vidas.*

Clarice Lispector

RESUMO

A presente Dissertação foi desenvolvida com o objetivo de compreender como os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (FSC) concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações. Foi elaborada com base em um estudo de caso, de natureza qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa apontam a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações como a ferramenta necessária para a preservação do patrimônio imobiliário do IFSC, bem como a para a manutenção do processo histórico e cultural vivenciado pela Instituição. Os gestores reconhecem a importância da Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005) no desenvolvimento do Departamento de Obras e Engenharia, assim como a importância deste para a expansão da Instituição. Na visão dos sujeitos da pesquisa, o IFSC não possui um Política Institucional de Manutenção Preventiva formalizada, mas possui uma prática de manutenção, a qual é de responsabilidade do Departamento de Obras e Engenharia. A Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005) apesar de grande relevância para a Educação Nacional, na concepção dos gestores, trouxe desafios para com a manutenção do patrimônio imobiliário proveniente desta. Contudo, no desenvolvimento deste Estudo, uma contradição se evidenciou, ao mesmo tempo que a manutenção preventiva das edificações é uma prática da gestão, esta é negada, pela falta de uma concepção de gestão, de uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações. Com vistas a tentar superar esta contradição, destacam-se ações que fomentem a capacitação dos gestores sobre a importância da manutenção preventiva das edificações e a priorização do desenvolvimento de diretrizes para uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC.

Palavras-chave: Gestão Universitária. Manutenção Preventiva das Edificações. Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações. Política Pública de Expansão.

ABSTRACT

The present research aims at understanding how the managers of the Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) conceive the Institucional Policy of Preventive Maintenance of Buildings, before the Public Expansion Policy of Federal Network of Professional and Technological Education (BRASIL, 2005). It was elaborated based on a qualitative case study, by means of a semi-structured interviews. The results of research indicate the Institucional Policy of Preventive Maintenance of Buildings like a required tool to preserve the real estate heritage of IFSC as, it is important for the preservation of historic and cultural process experienced by the Institution. The managers recognize the importance of Public Expansion Policy (BRASIL, 2005) in the development of Building and Engineering Department of IFSC as well as, the importance of this Department for the institutional expansion. In the view of the research participants, IFSC has not formalized an institutional policy of preventive maintenance of the buildings. On the other hand, it has a maintenance practice, which is the responsibility of Building and Engineering Department. The Public Expansion Policy (BRASIL, 2005) is relevant to the National Education according to the managers conception but, it brought some dare to the maintenance of the real estate heritage originated from this expansion. However, the development of this study disclosed a contradiction, at the same time the preventive maintenance of buildings is a management practice, it is denied by the lack of a management conception of an institutional policy of preventive maintenance of buildings. In order to overcome this contradiction, some evident actions are highlighted, which promote a training to teach the community and managers about the importance of preventive maintenance of buildings and actions that prioritize the development of guidelines for an institutional policy of preventive maintenance of buildings of IFSC.

Keywords: University Management. Preventive Maintenance of Buildings, Institucional Policy of Preventive Maintenance. Pulic Expansion Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Caminho Teórico Percorrido	26
Figura 02 - O IFSC em Santa Catarina	38
Figura 03 - Percentual de Matrículas por Tipo de Curso	39
Figura 04 - Regionalização dos Engenheiros do IFSC	42
Figura 05 - Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica em unidades	49
Figura 06 - Quantidade de Municípios Atendidos com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	49
Figura 07 - Instituições da Rede Federal distribuída no Brasil ...	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Crescimento do Patrimônio Imobiliário do IFSC após criação do Departamento de Obras e Engenharia.....	31
Quadro 02 - Os <i>Campi</i> do IFSC nos Planos de Expansão II e III	35
Quadro 03 - Sujeitos da Pesquisa	55
Quadro 04 - Sujeitos Potenciais da Pesquisa.....	56
Quadro 05 - Sujeitos Participantes da Pesquisa	56
Quadro 06 - Cargos e Competências	58
Quadro 07 - Categorias e Conteúdos Base.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFET-SC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CGU – Controladoria Geral da União
COENGE – Coordenadoria de Engenharia
COPLAN – Coordenadoria de Planejamento
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ETF – Escolas Técnicas Federais
ETF-SC – Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FIC – Formação Inicial e Continuada
IFs – Institutos Federais
IFSC – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB – Produto Interno Bruto
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
STAE – Servidor Técnico Administrativo em Educação
TAE – Técnico Administrativo em Educação

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
1 DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA DO IFSC.	29
1.1 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC.....	32
2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES.....	41
3 POLÍTICA PÚBLICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	45
4 CAMINHO METODOLÓGICO.....	53
4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO	53
4.2 SUJEITOS DA PESQUISA	54
4.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES	59
5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS	65
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	65
5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA DO IFSC	66
5.3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES DO IFSC.....	73
5.4 POLÍTICA PÚBLICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS	109
ANEXO A – ORGANOGRAMA DA PROAD.....	111
ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	113
APÊNDICES.....	117
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES.....	119
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pelo tema Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações se deve à minha formação acadêmica em engenharia civil e minha trajetória profissional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), no Departamento de Obras e Engenharia da Reitoria (CEFET-SC, 2008a).

Como Coordenadora do Setor de Engenharia no período de 2008 a 2012 (CEFET-SC, 2008b; IFSC, 2009a; 2009b; 2012a) e como chefe do Departamento de Obras e Engenharia da Reitoria de 2012 a 2015 (IFSC, 2012b; 2015a), pude perceber os desafios enfrentados pela gestão do IFSC diante da manutenção preventiva das edificações em conjunto com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005). O Departamento de Obras e Engenharia da Reitoria possui uma atuação sistêmica com os demais engenheiros da rede IFSC e é responsável pela elaboração de projetos, planejamento de obras, orçamentos e fiscalizações (IFSC, 2010a).

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de vagas, interiorizar a rede de forma a atender municípios não beneficiados, promover o desenvolvimento das regiões onde estão instalados os *campi*, assim como atender aos pressupostos da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996; PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010).

A Expansão (BRASIL, 2005) é uma ação de política pública do Governo Federal com o intuito de resgatar o papel do Estado com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a educação superior pública, devido à falta de investimento, durante décadas, de recurso público nessa área, de forma a amenizar as crises vivenciadas pela educação superior federal (PACHECO, 2010; 2011; PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010; SANTOS, 2008).

Desde o início da Expansão no ano de 2005 (BRASIL, 2005), o IFSC teve um crescimento de mais de 700% no número de *campi*. Possuía, inicialmente, apenas 03 (três) *campi*, Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul e passou, em 2017, para

22 *campi*, representando todo o Estado de Santa Catarina (IFSC, 2017a). Este cenário ilustra o aumento do patrimônio imobiliário do IFSC nos últimos anos, passando de 30.607,31 m² de área construída, em 2005, para 145.374,56 m², em 2017. Além do quesito expansão, o fenômeno proposto a ser investigado centra-se na Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações existente, que, de certa forma, perpassa pelo processo histórico do IFSC.

Por transcenderem a mortalidade humana, as edificações são capazes de produzir história e serem ressignificadas e reapropriadas para cada época e cada fruidor, tendo múltiplas temporalidades e dinamismo (ALOISE, 2015). Assim, penso que promover a manutenção das edificações contribui para a preservação do patrimônio institucional, o qual está carregado de significações que refletem a cultura e a história vivenciada pelo IFSC ao longo do seu processo de existência. Estes signos produzidos social e historicamente mediam a vida do homem, contribuindo para organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento, ajudando a explicar a realidade e, ao mesmo tempo, transformá-la (BORGES, 1993; FLORÊNCIO et al., 2012).

Quanto à existência de pesquisas acadêmicas vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) que abordam a temática, realizei uma pesquisa no Catálogo *Pergamum* da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2016) e, no Banco de Teses e Dissertações da Capes (BRASIL, 2016). Mediante uma consulta sem recorte temporal, sobre o tema manutenção predial em Instituições de Educação Superior, não localizei nenhum estudo relacionado. Quanto à Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, identifiquei 15 pesquisas, sendo uma destas realizada no IFSC, com o título A gestão de compras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC): uma relação com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (MARTINS, 2015), a qual tem por objetivo compreender o impacto da Política Pública de Expansão numa prática da gestão. Isto posto, proponho o presente Estudo com vistas a propor reflexões à minha área de atuação junto ao Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, no que tange ao processo de gestão da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Para tanto, com vistas a compreender a relação entre a Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005) e a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, por meio da linha de investigação Políticas Públicas e Sociedade, do Mestrado Profissional em Administração Universitária, tomei como ponto de partida a seguinte pergunta de pesquisa: Como os gestores do IFSC concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações?

Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa, propus como objetivo geral: compreender como os gestores do IFSC concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Propus como objetivos específicos:

- a) Descrever o processo histórico do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC;
- b) Contextualizar a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC;
- c) Conhecer o processo de expansão do IFSC, a partir das diretrizes da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005); e,
- d) Propor ações com vistas ao fortalecimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Para atingir os objetivos propostos, constitui um caminho teórico para este Estudo (Vide Figura 01 – Caminho Teórico Percorrido).

Figura 01 - Caminho Teórico Percorrido



Fonte: Elaborado pela Autora.

No processo de desenvolvimento do caminho teórico percorrido (Vide Figura 01 – Caminho Teórico Percorrido), parti do que me é mais próximo da minha realidade concreta, ou seja, meu ambiente de trabalho, no caso o Departamento de Obras e Engenharia (TRIVIÑOS, 1987). Posteriormente contextualizei a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, sua constituição e as relações que estabelece com o Departamento de Obras e Engenharia. Após, busquei conhecer a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) e suas inter-relações com a Política Institucional. Para finalizar, retornei ao ponto inicial, já a partir do olhar dos gestores, com o intuito de desvendar novos olhares e possibilidades que este caminho percorrido pôde me proporcionar.

Embora este caminho parta da minha observação direta daquilo que me é mais próximo, foi necessário entender todo o contexto social e histórico ao qual esta realidade estava inserida, busquei assim a essência, de modo a me possibilitar a compreensão e o desvelamento dos processos presente no fenômeno investigado (TRIVIÑOS, 1987; GOMIDE, 2013).

A presente Dissertação estrutura-se em cinco capítulos, onde primeiramente fiz as Considerações Iniciais, apresentando o fenômeno investigado, os objetivos e o caminho teórico percorrido.

No primeiro capítulo – Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, contextualizei o Departamento de Obras e Engenharia no IFSC, bem como o histórico do IFSC.

No segundo capítulo – Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, apresentei um olhar histórico da Política Institucional de Manutenção das Edificações do IFSC.

No terceiro capítulo – Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contextualizei sinteticamente algumas das mudanças institucionais sofridas pelo IFSC ao longo do seu processo histórico, decorrente da Política Pública no âmbito Federal.

No quarto capítulo – Caminho Metodológico, apresentei o caminho metodológico utilizado na presente Pesquisa, caracterizando-a quanto ao tipo e natureza do estudo, os sujeitos da pesquisa, o instrumento para coleta de informações, assim como o processo de coleta e análise das informações coletadas na presente Pesquisa.

No quinto capítulo – Análise das informações coletadas, analisei as informações coletadas tomando por base o referencial teórico utilizado para o desenvolvimento deste Estudo.

Por fim, nas Considerações Finais, retornei ao ponto de partida deste Estudo, respondendo ao objetivo inicialmente proposto e propondo algumas ações ao desenvolvimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC.

1 DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA DO IFSC

O Departamento de Obras e Engenharia do IFSC foi constituído, em 2009 (CEFET-SC,2009; IFSC, 2010a), em decorrência da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC) em IFSC, em dezembro de 2008 (BRASIL, 2008). No organograma institucional, o Departamento está subordinado à Diretoria de Administração da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), que por sua vez está ligada diretamente à Reitoria (Vide ANEXO A – ORGANOGRAMA DA PROAD) (IFSC, 2010a).

Historicamente, junto à estrutura organizacional do CEFET-SC, as atividades atribuídas a este Departamento eram desenvolvidas por uma Coordenadoria de Engenharia (COENGE) ligada à Diretoria de Administração e Planejamento, subordinada à Direção Geral do sistema CEFET-SC (CEFET-SC, 2005). O registro mais antigo encontrado, na presente Pesquisa, de um setor responsável por esta atividade consta no Relatório de Gestão 2000 (ETF-SC, 2001), que comprova a existência de setor de engenharia ligado à Diretoria de Administração e Planejamento da, então, Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC).

A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) trouxe uma reconfiguração nas ações do Setor de Engenharia, no que tange, essencialmente, à ampliação do IFSC, em suas edificações.

No Relatório de Gestão do exercício 2005 (CEFET-SC, 2006), fica evidenciado o desafio da Instituição em atender o volume de serviços da área de engenharia, mediante ao atraso de obra e falta de fiscalização, problemas estes apontados pela Controladoria Geral da União (CGU).

Com vistas a suprir esta demanda com profissionais qualificados para atender as obras do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) foi realizado, em 2007, o primeiro concurso para técnicos administrativos em educação de nível superior com formação em engenharia, da história do IFSC, na época ainda CEFET-SC (CEFET-SC, 2008c; 2009).

No ano de 2008, outros profissionais de engenharia foram ingressando na Instituição com o intuito de atender as demandas dos trabalhos de engenharia civil, na elaboração de projetos,

orçamentos e fiscalização de obras, oriundos do Plano de Expansão (BRASIL, 2005), evidenciando, assim, a necessidade institucional de estruturar o Departamento de Obras e Engenharia (CEFET-SC, 2009).

Em 2017, o IFSC conta com 20 profissionais atuando no Departamento de Obras e Engenharia de forma sistêmica, com profissionais lotados na Reitoria e nos *Campi* de Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Jaraguá do Sul e Joinville, sendo 15 engenheiros civis, 03 (três) engenheiros eletricitistas, 01 (um) arquiteto e 01 (um) técnico em edificações. Além destes profissionais, há na composição da equipe do Departamento profissionais da área de gestão administrativa (IFSC, 2017b).

Entre as atribuições do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, estão as seguintes atividades (IFSC, 2017b, s/p.):

- Supervisão, coordenação e orientação técnica aos *campi* do IFSC;
- Estudo, planejamento, projetos e especificações de:
 - Novas obras, reformas e adaptações dos *campi* do IFSC.
- Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- Elaboração de orçamentos;
- Fiscalização de obras e serviços técnicos;
- Fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia;
- Elaboração de Editais de obras e serviços de Engenharia;
- Participação das licitações de obras e serviços de engenharia; e,
- Realizar outras atividades afins e correlatas.

Desde o ano de 2008, com a ampliação do número de engenheiros e, na sequência, a criação do Departamento de Obras e Engenharia (CEFET-SC, 2009), até 2017, a Instituição passou de 07 (sete) *campi* para 22 *campi* distribuídos no Estado de Santa Catarina (IFSC, 2017a). Em termos de área construída, representa um aumento de aproximadamente 218% no patrimônio

imobiliário, conforme consta no Quadro 01 – Crescimento do patrimônio imobiliário do IFSC após a criação do Departamento de Obras e Engenharia.

Quadro 01 - Crescimento do Patrimônio Imobiliário do IFSC após criação do Departamento de Obras e Engenharia

PERÍODO	Nº DE CAMPI	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	ÁREA RECEBIDA (m ²) ¹	TOTAL ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)
Até 2008	07	42.778,83	2.947,01	45.725,84
2008 - 2017	15	95.128,55	4.520,17	99.648,72
TOTAL	22	137.907,38	7.467,18	145.374,56

Fonte: Elaborado pela Autora.

Diante do crescimento do patrimônio imobiliário do IFSC, a demanda por manutenções aumentou, sendo que, com ela, a necessidade de criação e gerenciamento de uma política de manutenção das edificações da Instituição. De acordo com a NBR 5674 (ABNT, 2012), que normatiza sobre o conjunto de atividades, técnicas e administrativas, realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação, ou quaisquer instalações que a compõe, a fim de atender às necessidades e segurança dos seus usuários, fez-se pertinente a constituição de uma unidade administrativa com vistas a atender este fim.

De acordo com Gomide, Pujadas e Fagundes Neto (2006), a manutenção corretiva é a reparação a fim de corrigir falhas ou problemas, e implica na paralisação do sistema, envolve custos elevados em relação a outras atividades de manutenção, enquanto que a manutenção preventiva é a atividade que atua com antecipação para que não haja a reparação, sua função é evitar falhas evitando o comprometimento da *performance* da edificação.

A palavra manutenção vem do Latin *manutentio*, formada pelas palavras *manus*, mãos, e *tiener*, agarrar ou segurar, significando, assim, ato de segurar nas mãos (NASCENTES, 1955). Desta forma, promover a manutenção das edificações do

¹ Área recebida representa aqui as edificações doadas por governos municipais e/ou estaduais bem como as federalizações de edificações públicas para o IFSC (CEFET-SC, 2007; 2009; IFSC, 2012c; 2015d).

IFSC também é um ato de tomar posse, apropriar-se da sua história, de modo que possa lançar um olhar ao passado, a partir do que estas edificações representam para a sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de compreender e refletir a realidade social vivida, sendo competentes na escolha do que é melhor para a sociedade (BORGES, 1993).

A importância da manutenção preventiva reside no alcance da longevidade e durabilidade das edificações, redução de custos com correções, comprometimento de racionalização no uso dos recursos naturais e na preocupação com questões de impacto ambiental e urbano (GOMIDE; PUJADAS; FAGUNDES NETO, 2006). Seria economicamente inviável e ambientalmente inaceitável tratar as edificações como produtos descartáveis, passíveis de substituição ao atingirem seu desempenho em níveis inferiores ao exigido pelos seus usuários (ABNT, 2012). Ademais, as edificações do IFSC são o suporte físico para a realização da sua atividade fim que é a formação, tendo, assim, um valor social fundamental.

1.1 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC

O IFSC é uma instituição pública federal (autarquia), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), tem sua sede e foro na cidade de Florianópolis, a qual se encontra instalada a Reitoria, possuindo autonomia administrativa patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar (IFSC, 2015b).

O IFSC nos remete a um processo histórico com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto nº 7.566/1909 (BRASIL, 1909), nas capitais dos estados, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito (BRASIL, 2015).

A Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina foi constituída, em 01 de setembro de 1910, em Florianópolis em um prédio cedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, oferecendo um curso primário e um de desenho, que seriam ministrados paralelamente aos cursos profissionais de carpintaria da ribeira, encadernação e pautação, tipografia, escultura e mecânica (ferraria e serralheria) (IFSC, 2017c).

Um ano após sua instalação (1911), o diretor foi autorizado a ampliar as instalações, construindo assim 02 (dois) galpões, que ajudaram a desafogar o trabalho das aulas e da administração no prédio principal. Em 1913, mais um grande galpão foi construído. Apesar destas edificações terem sido responsáveis por um considerado aumento na produção de artefatos, eram ainda insuficientes para suprir as reais necessidades da Escola (ALMEIDA, 2010).

Em 1920, devido às péssimas condições de conservação do edifício, bem como necessidade de maior espaço físico, a Escola de Aprendizes e Artífices mudou-se para um prédio provisório, doado pelo Governo do Estado. No ano seguinte, iniciaram-se as obras para construção do novo edifício, o qual foi inaugurado no dia 15 de novembro do ano de 1920 (IFSC, 2017d; 2017e).

A Lei nº 378/1937 (BRASIL, 1937) transforma a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina em Liceu Industrial de Santa Catarina, sendo a criação destes Liceus uma tentativa do Governo Federal de propagar e fortalecer o ensino industrial em todo Território Nacional, de forma a suprir a necessidade de mão-de-obra especializada decorrente do crescimento do processo de industrialização do Brasil, à época (BRASIL, 2015).

As bases de organização e de regime do ensino industrial no Brasil foram estabelecidas por meio do Decreto-Lei nº 4.073/1942 (BRASIL, 1942a), a qual legitimava o ensino prioritariamente à preparação profissional dos trabalhadores da indústria. Já, o Decreto-Lei nº 4.127/1942 (BRASIL, 1942b) delineou os alicerces de organização da rede federal de ensino industrial, sendo que alguns Liceus Industriais passaram a ser denominados como Escolas Industriais e outros como Escolas Técnicas, passando o Liceu Industrial de Santa Catarina a ser denominado Escola Industrial de Florianópolis.

As Escolas recebem autonomia didática e de gestão a partir do Decreto nº 4.038/1959 (BRASIL, 1959), recebendo assim o *status* de autarquia (BRASIL, 2015). Por meio do Decreto nº 20.754/1946 (BRASIL, 1946) se configura o primeiro passo para construção da nova sede da Escola Industrial de Florianópolis.

Vinte três anos se passaram, quando, em 1961, o Conselho de Representantes autorizou o então Diretor-Executivo da Escola a contratar dois engenheiros para levantarem todos os serviços a serem realizados no prédio em construção, acompanhados dos

respectivos orçamentos. No ano seguinte, todas as ações administrativas estiveram voltadas ao término das obras, assim sendo, em 1962, oficialmente começaram as atividades escolares na nova sede, onde funciona o *Campus* Florianópolis do IFSC (ALMEIDA, 2010; IFSC, 2017f).

A Escola Industrial de Florianópolis recebeu o nome de Escola Industrial Federal de Santa Catarina por meio da Lei nº 4.759/1965 (BRASIL, 1965). E por meio da Portaria Ministerial de nº 331/1968 (BRASIL, 1968), a Escola transforma-se em Escola Técnica Federal de Santa Catarina. A ETF-SC recebeu, no ano de 1986, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, a incumbência de implantar a primeira unidade descentralizada no município de São José, onde iniciou seu funcionamento em março de 1988, em local provisório até que, em 1990, transferiu-se para o prédio definitivo após conclusão da construção, local este que funciona o *Campus* São José do IFSC (ALMEIDA, 2010; IFSC, 2017a).

Em 1994, surge a Unidade de Ensino Descentralizada de Jaraguá do Sul, cujo funcionamento foi autorizado por meio da Portaria Ministerial nº 724/1994 (BRASIL, 1994b). Em continuidade à política de expansão, a ETF-SC chega, em 1994, à cidade de Joinville, em uma parceria com o Hospital Dona Helena, com o curso técnico de enfermagem autorizado pela Portaria nº 862/1994 (BRASIL, 1994c).

O sistema ETF-SC foi instituído no ano de 1998, com três unidades de ensino: Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul e a Gerência Educacional de Saúde de Joinville, sendo assim, pela primeira vez, a Escola de Florianópolis passava a ser considerada como unidade de um Sistema (IFSC, 2017g).

As Escolas Técnicas Federais (ETF) foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) por meio da Lei nº 8.948/1994 (BRASIL, 1994a), porém tendo a implantação condicionada à publicação de um decreto presidencial para cada novo CEFET. A ETF-SC passou de imediato a construção de seu projeto institucional de cefetização, o qual levou 08 (oito) anos para ser aprovado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, que, após aprovado, constituiu-se o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (BRASIL, 2002).

Em 2006, com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), foram

inauguradas as Unidades de Joinville, Florianópolis-Continente e Chapecó. E, em 2008, a Unidade de Araranguá (ALMEIDA, 2010).

Por meio da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados trinta e oito Institutos Federais (IFs) no País, entre eles o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

A partir de 2007, o Governo Federal aprova o Plano de Expansão II, e, em 2011, o Plano de Expansão III, autorizando a implantação de vários *campi*. (Vide Quadro 02 – Os *campi* do IFSC nos Planos de Expansão II e III). (CEFET-SC, 2008c; IFSC, 2012c).

Quadro 02 - Os *Campi* do IFSC nos Planos de Expansão II e III

(continua)

	CAMPUS	ANO AUTORIZAÇÃO FUNCIONAMENTO	ANO LICITAÇÃO	OBSERVAÇÕES
PLANO DE EXPANSÃO II	Itajaí	2010	2008/2012	Teve suas obras paradas por decisão judicial em 2010, sendo retomada a construção em 2012 (IFSC,2014a), funcionando em sede provisória durante este período (IFSC 2012c).
	Gaspar	2010	2008	Inaugurada em 2012, mas seu funcionamento iniciou em 2011 (IFSC, 2012c).
	Lages	2010	2008	Inaugurada em 2012, mas seu funcionamento iniciou em 2011 (IFSC, 2012c).
	Canoinhas	2010	2008	Inaugurada em 2011, ano em que também iniciou seu funcionamento (IFSC, 2012c).

Quadro 02 - Os *Campi* do IFSC nos Planos de Expansão II e III
(continuação)

	CAMPUS	ANO AUTORIZAÇÃO FUNCIONAMENTO	ANO LICITAÇÃO	OBSERVAÇÕES
PLANO DE EXPANSÃO II	São Miguel do Oeste	2010	2008	Inaugurada em 2011, ano em que também iniciou seu funcionamento (IFSC, 2012c).
	Criciúma	2010	2008	Inaugurada em 2011, ano em que também iniciou seu funcionamento (IFSC, 2012c).
	Xanxerê	2010	2008	Edificação não construída pelo IFSC, conseqüentemente não licitada, trata-se de uma Escola Federalizada pelo Governo Federal em 2008 (CEFET-SC, 2009; IFSC, 2012c).
	Urupema	2011	2009	Iniciou seu funcionamento no ano de 2011 (IFSC, 2012c).
	Caçador	2011	2009	Iniciou seu funcionamento no ano de 2011 (IFSC, 2012c).
	Palhoça Bilingue	2013	2010	Funcionava em sede provisória quando do lançamento da licitação de construção do <i>campus</i> (IFSC, 2012c).
	Jaraguá – Geraldo Werninghaus	2010	2010	Edificação não licitada pelo IFSC, trata-se de uma Escola Federalizada pelo Governo Federal (IFSC, 2012c; 2016a).
	Garopaba	2013	2012	Funcionava em sede provisória quando do lançamento da licitação de construção do <i>campus</i> , passou a funcionar em sede própria no ano de 2014 (IFSC, 2012c; 2015d).

Quadro 02 - Os *Campi* do IFSC nos Planos de Expansão II e III
(conclusão)

	CAMPUS	ANO AUTORIZAÇÃO FUNCIONAMENTO	ANO LICITAÇÃO	OBSERVAÇÕES
PLANO EXPANSÃO III	São Carlos	2013	2012	Iniciou seu funcionamento no ano de 2014 (IFSC, 2015d).
	Tubarão	2013	2013	Iniciou seu funcionamento no ano de 2014 (IFSC, 2015d).
	São Lourenço do Oeste	2015	2014	Edificação não construída pelo IFSC, consequentemente não licitada, trata-se de uma Escola Estadual que foi doada à Instituição em 2014 e transformou-se em <i>Campus Avançado</i> (IFSC, 2015d).

Fonte: Elaborado pela Autora.

Em 2017, o IFSC possui 21 *campi* espalhados por todo o Estado de Santa Catarina e 01 (um) *campus* avançado em São Lourenço do Oeste (IFSC, 2017h). Vide Figura 02 – O IFSC em Santa Catarina.

Figura 02 - O IFSC em Santa Catarina

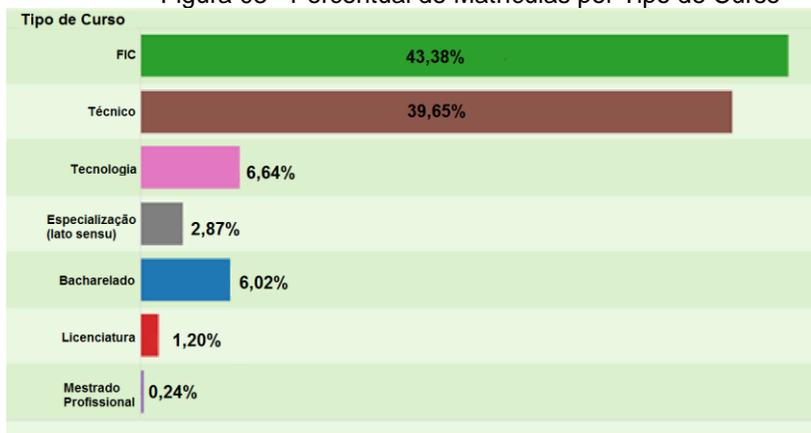


Fonte: IFSC (2017h).

De acordo com o Anuário Estatístico de 2017² (IFSC, 2017i), o IFSC possui 14.957 alunos, em todo o Estado, matriculados em 699 cursos, sendo estes de formação inicial e continuada (FIC), técnicos, tecnólogo, especialização (*lato sensu*), bacharelado, licenciatura e mestrado profissional. Vide Figura 03 – Percentual de matrículas por tipo de curso, que apresenta a distribuição de matrícula conforme o tipo de curso.

² O anuário estatístico 2017 tem como ano base 2016.

Figura 03 - Percentual de Matrículas por Tipo de Curso



Fonte: IFSC (2017i).

O corpo docente é composto por 1.485 professores, sendo que 181 destes são professores substitutos e, portanto, possuem vínculo temporário com a Instituição. Já, os Servidores Técnico Administrativos em Educação (STAE) perfazem um total de 1.186 em todo o Estado (IFSC, 2017i).

O IFSC tem como missão “promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (IFSC, 2017j, s/p.). Busca ser uma Instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, alicerçada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como valores a ética, o compromisso social, a equidade, a democracia, a sustentabilidade e a qualidade.

É possível perceber que, ao longo destes mais de 100 anos de história, o IFSC construiu um patrimônio histórico, fundamental para o desenvolvimento de sua identidade como instituição social, que, de acordo com Chauí (2003), é uma prática social amparada no reconhecimento de sua legitimidade e suas atribuições, diante do processo de formação.

As edificações revelam o processo histórico e cultural vivenciado pela Instituição, em interação com o desenvolvimento da sociedade, em que o IFSC está inserido. A manutenção

preventiva das edificações, por meio de uma Política Institucional, que possa preservar seu processo de historicidade, transmitindo conhecimentos, na interação do passado com o presente, contribuindo para a superação das contradições impostas pela divisão social e servindo de alicerce para o fortalecimento da sua identidade como instituição social.

2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES

Tão antigas quanto a instituição, parecem ser as necessidades de construção e manutenção preventiva das edificações do IFSC. Relatos históricos mostram que, em apenas um ano após sua instalação, a Escola de Aprendizes e Artífices, necessitava de mais espaço para ministrar suas aulas. Por este motivo tiveram autorizada a construção de 02 (dois) galpões, estando em 1913 com 03 (três) novos galpões que, apesar de ter ajudado a aumentar a produção de artefatos, ainda não eram suficientes para as necessidades reais da escola (ALMEIDA, 2010).

No período compreendido entre a década de 20 e de 80, em termos de espaço físico, pouco se fez na Escola, com exceção do ginásio de esportes que foi concluído em 1981 boa parte das obras de engenharia limitaram-se a reformas, adequação e readaptação de espaços físicos existentes (ALMEIDA, 2010). Novos episódios de construção aparecem com a incumbência de expandir o ensino técnico com a implantação da unidade descentralizada de São José, em 1986 (IFSC, 2016b).

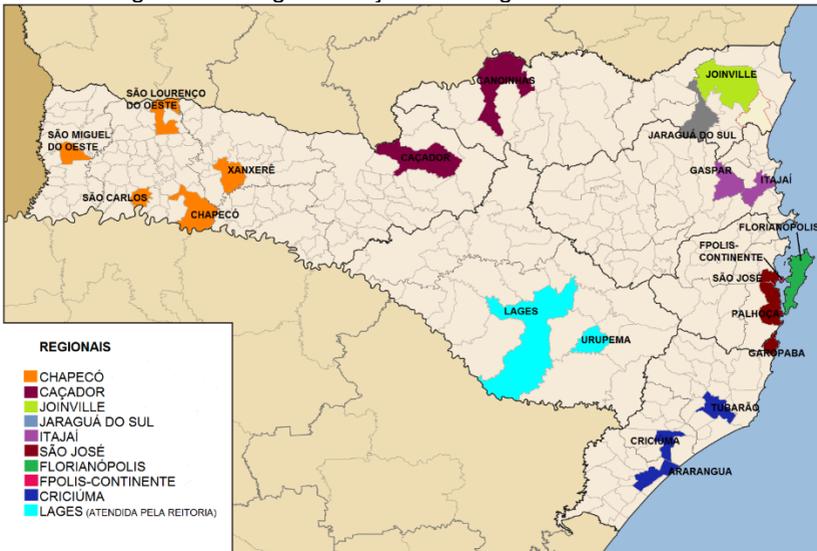
No Relatório de Gestão do Exercício 1999 (ETF-SC, 2000), há registro da criação de uma comissão especialista para concepção de um plano diretor da ETF-SC, com a intenção de definir, organizar e planejar espaços adequados para as atividades administrativas e educativas.

Com o início da primeira fase da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2005 (BRASIL, 2005), o volume de trabalho cresce, principalmente, em termos de construção e reforma, mas o quadro de servidores não aumenta, na mesma proporção das demandas das atividades da área de engenharia (CEFET-SC, 2006).

No ano de 2007, o CEFET-SC abre concurso para cargo de engenheiros (CEFET-SC, 2008c; 2009), sendo que, a partir de 2009, o IFSC estruturou seu Departamento de Engenharia que atua de forma sistêmica, com engenheiros regionalizados, lotados na Reitoria e nos *campi* de Chapecó, Criciúma, Caçador, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville e São José (IFSC, 2017b).

Devido ao fato do IFSC não dispor de um profissional de engenharia em cada *campus*, fez-se necessário a regionalização, no que tange à gestão das ações da área de engenharia. Um servidor, ocupante do cargo de engenheiro, lotado num *campus* específico, engenheiros regionais, atende a mais de um *campus* em sua região, dando apoio técnico ao Departamento de Obras e Engenharia, conforme pode ser verificado na Figura 04 – Regionalização dos engenheiros do IFSC.

Figura 04 - Regionalização dos Engenheiros do IFSC



Fonte: Elaborado pela Autora.

Para a Gestão do IFSC, a regionalização (IFSC, 2014b, p. 248):

[...] além de propiciar a descentralização de alguns processos, tem por princípio fundamental possibilitar mais agilidade e eficiência no cumprimento das finalidades institucionais e atendimento das demandas da sociedade. Assim, de modo a possibilitar o atendimento das demandas dos câmpus nas áreas de auditoria, engenharia e jornalismo, teve início a implantação gradual da regionalização desses serviços, pautada nos

princípios da flexibilidade, cooperação, cogestão, eficiência e subsidiariedade.

No ano de 2012, foi criada a Coordenadoria de Regularidade Imobiliária subordinada ao Departamento de Obras e Engenharia com o intuito de regularizar a gestão dos bens imóveis do IFSC no que tange à documentação, planos de manutenção preventiva e outros serviços/reformas necessárias para a manutenção do patrimônio e segurança dos usuários (IFSC, 2013). O Relatório de Gestão 2013 (IFSC, 2014a) pontua sobre um Plano de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, porém, somente em 2015 é publicada a Nota Técnica nº 02/2015 (IFSC, 2015c), que trata sobre definições de manutenção e o trabalho do serviço de Zeladoria.

Cada *campus* possui um zelador terceirizado que atua em pequenas correções, os problemas maiores que demandam de intervenção de um profissional de engenharia são encaminhados aos engenheiros regionais que buscam a solução com o apoio do Departamento de Obras e Engenharia (IFSC, 2017k). Por outro lado, a Gestão, no que tange à manutenção preventiva das edificações do IFSC, perpassa também pelo ato de preservação cultural e histórica desta Instituição.

A gestão universitária, neste estudo, a gestão das instituições de educação superior no âmbito público, ao longo do seu processo histórico, vem assumindo diversas concepções, delineamentos práticos e operacionais, sendo que, atualmente, de acordo com Ribeiro (2013), está sob regulações do modelo gerencialista, do mundo empresarial. A gestão gerencialista tem como valores máximos a própria gerência e como objetivo o aumento constante da produtividade (PEREIRA, 2001).

A lógica da gestão gerencialista tem exigido das instituições de educação superior no âmbito público, mudanças complexas e difíceis, uma vez que nestas predomina a burocracia nos procedimentos e funções desempenhados em suas gestões pela maioria dos gestores, além do que, os profissionais passam por mudanças frequentes, falta de qualificação em relação às práticas gerenciais, sofrem influências políticas, são influenciados por grupos de interesses nas tomadas de decisões colegiadas, bem como possuem uma avaliação limitada (GOMES et al., 2013).

A adoção destas práticas gerencialistas baseadas em princípios racionalistas que visam à maximização do controle e da eficiência, repousa sob a égide de que há mais similaridades que diferenças entre as organizações, considerando assim que a gestão é uma prática aplicável em qualquer organização, independentemente de suas características (PASCUCI et al., 2016). Mas, a prática de gestão se diferencia do que entendemos por instituição/organização, no caso das instituições de ensino superior.

Entendo a universidade, e neste Estudo, corroboro a instituição de educação superior no âmbito público, não como uma organização mas como uma instituição social, e portanto com diferenças e peculiaridades. Neste contexto, resgato Chauí (2003, p. 05):

[...] desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Para Perardt e Burigo (2016), a concepção que se tem de uma instituição de ensino superior no âmbito público é uma questão essencial ao processo de gestão, haja vista que está fundamentada pela concepção de ser humano, de mundo e de sociedade. Neste contexto, a prática de gestão universitária, manifesta-se de forma distinta, conforme se concebe a instituição de ensino superior no âmbito público como organização ou instituição.

Ao ser concebido como uma instituição social, o IFSC tem como princípio a sociedade e tem esta como referência valorativa e normativa (CHAUÍ, 2003). Neste contexto, sua gestão deve primar pela definição de uma Política Institucional de forma participativa e dialógica, delineada pelas diretrizes da Política Pública, neste Estudo, pela Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005).

3 POLÍTICA PÚBLICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Expansão da Rede EPT (BRASIL, 2005) é uma ação da Política Pública Nacional de Educação, que cria os Institutos Federais como estratégia, não apenas para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para o fortalecimento do processo de inserção cidadã. A concepção e diretriz dos IFs reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade, orientando as ações de ensino, pesquisa e extensão baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana (PACHECO, 2011).

Quando da sua criação, em 1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices tinham a função de ensinar um ofício aos filhos dos desfavorecidos de fortuna para que pudessem vencer as dificuldades na luta pela existência, habituá-los ao trabalho profícuo, afastando-os, assim, de vícios e crimes e tornando-os cidadãos produtivos à Nação (BRASIL, 1909). Escott e Moraes (2012) pontuam que se trata de uma política pública com o objetivo de moralizar o caráter por meio do trabalho.

Com o processo de industrialização do Brasil, na década de 30, o Governo aposta nos Liceus Industriais (BRASIL, 1937), para fornecer mão de obra especializada ao parque industrial, com incremento nas verbas destinadas a estas instituições (ALMEIDA, 2010).

Com a Reforma Capanema³, em 1941, fica evidente a importância que passou a ter a educação no País, sendo redefinido o ensino: o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; foi introduzido os exames para admissão nas escolas industriais; e, os cursos foram divididos em dois níveis correspondentes ao novo ensino médio (ESCOTT; MORAES, 2012; BRASIL, 2015). Com o advento do Decreto nº 4.127/1942 (BRASIL, 1942b), os Liceus Industriais passam a ser Escolas Industriais e Técnicas, iniciando, formalmente, a vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do País como um todo,

³ Reforma Capanema trata-se de ações promovidas por Gustavo Capanema, Ministro da Educação do Governo de Getúlio Vargas (OTRANTO; PAMPLONA, 2008; NOVA, 2011).

dando o direito aos alunos formados nos cursos técnicos, a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (BRASIL, 2015).

Já na década de 60, as Escolas Industriais e Técnicas passam a Escolas Técnicas Federais, transformando-se em autarquias e recebendo autonomia didática e de gestão (BRASIL, 2015). Com a promulgação da Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, significativas mudanças ocorrem na política de educação profissional, pela primeira vez a legislação educacional reconhece a integração do ensino profissional ao sistema regular de ensino.

Na década de 70, com a publicação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971a), torna-se obrigatório o ensino profissionalizante para o segundo grau (ensino médio), configurando-se numa tentativa de formar técnicos em regime de urgência (ESCOTT; MORAES, 2012; BRASIL, 2015). A formação de técnicos vinha ao encontro de necessidades econômicas, pontuados pelo chamado Milagre Econômico (1968-1973), com crescimento na taxa do Produto Interno Bruto (PIB) de 11,1% ao ano (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008), e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (BRASIL, 1971b), que propugnou investimentos em transportes, petroquímica e comunicações, que demandavam por profissionais de níveis médio correlatos (WINCKLER; SANTAGADA, 2012). Todavia, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante para segundo grau passa a deixar de existir com a Lei nº 7.044/1982 (BRASIL, 1982), dentre outros motivos está a não concretização do Milagre Econômico nos níveis almejados de desenvolvimento (ESCOTT; MORAES, 2012).

A transformação das ETFs em CEFETs teve seu início na década de 70, com a Lei nº 6.545/1978 (BRASIL, 1978). Já a constituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica se materializou com a Lei nº 8.948/1994 (BRASIL, 1994a). Na década de 90 com a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) a Educação Profissional, ultrapassa aspectos de assistencialismo e de preconceito social (BRASIL, 2015).

Como Política Pública Educacional de incremento ao desenvolvimento econômico social e, para a implantação da reforma da educação profissional, delineada pela Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) é criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), que trata de um acordo de empréstimo com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID),

em parceria com o Governo Federal por meio do Ministério da Educação (BRASIL, 2007).

O PROEP (BRASIL, 2007) abrange o financiamento de construção, reforma e ampliação, aquisição de equipamentos de laboratórios e material pedagógico, além de ações voltadas para o desenvolvimento técnico-pedagógico e de gestão das escolas, tais como capacitação de servidores em geral, implantação de laboratórios, de currículos e de metodologias de ensino e de avaliação inovadoras, flexibilização curricular, adoção de modernos sistemas de gestão que contemplem a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias.

Para Kuenzer (2007, p. 34) a diferenciação entre escolas de ensino médio e profissionais define o caráter antidemocrático da escola humanista tradicional, proporcionando a cada classe social um tipo de escola que perpetua o privilégio do exercício das funções intelectuais e diretivas.

[...] a expansão das escolas profissionais não representa avanço no desenvolvimento democrático, e sim perpetua as diferenças de classe. Por permitir uma relativa mobilidade social pela qualificação profissional, cria-se uma falsa impressão de democratização, uma vez que as dificuldades de acesso aos níveis mais altos do sistema de ensino, a par da origem de classes, delimita como alternativa máxima a formação em cursos profissionais voltados para aquisição apenas de formas operacionais.

De acordo com Escott e Moraes (2012) a década de 90 é marcada por mudanças que buscam ajustar a educação no plano organizacional de financiamento e no projeto político-pedagógico, adequando-se ao ideário e reformas neoliberais⁴.

Nos anos de 1990 o País passa por transformações geradas pelo processo de reestruturação do ideário neoliberal de

⁴ O Neoliberalismo é uma ideologia que defende a abertura econômica externa, a liberação comercial e a desestatização, defende a transferência do social para o privado, ampliando o espaço privado em detrimento do público (BURIGO, 2003).

reestruturação produtiva e organizacional, universalização de meios de comunicação e produção da informação. Neste contexto a educação assume papel de promover a formação no contexto da competitividade da produção nacional (ARAÚJO, 2006). A década é marcada ainda pela multiplicação de cursos de aperfeiçoamento, reciclagem e atualizações, entregues prioritariamente às empresas privadas, desta forma a educação profissional passa a atender necessidade pontuais e imediatas do mercado de trabalho, além de incorporar a polivalência do trabalhador na aplicação de novas tecnologias (WINCKLER; SANTAGADA, 2012).

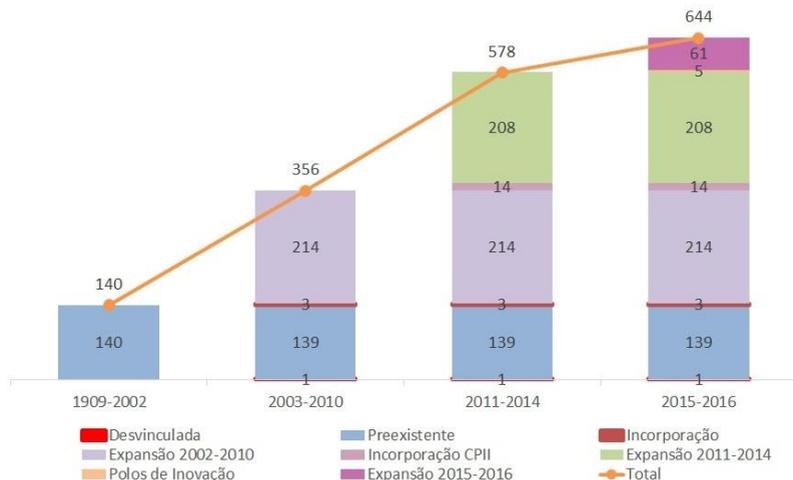
Em 2005, por meio da Lei nº11.195/2005 (BRASIL, 2005), inicia a primeira fase de Expansão da Rede Federal EPT, permitindo a construção de 64 novas unidades de ensino em todo o País (BRASIL, 2015; MARTINS, 2015).

A segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) (Plano de Expansão II), é lançada, em 2007, com a meta de entregar à população mais 150 novas unidades espalhadas por todas as regiões do País. Já, em 2011, o Governo Federal, anuncia o Plano de Expansão III, que contemplaria a conclusão de 46 *campi* remanescentes da segunda fase e mais 40 *campi* da terceira fase até o final do ano de 2011 (BRASIL, 2011; TAVARES, 2012).

Entre os anos de 2003 a 2017⁵, foram construídas mais de 500 novas unidades referentes ao Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), atendendo ao total de 568 municípios em todo o País, conforme ilustra a Figura 05 – Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica em unidades, e a Figura 06 – Quantidade de Municípios Atendidos com a Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2017a).

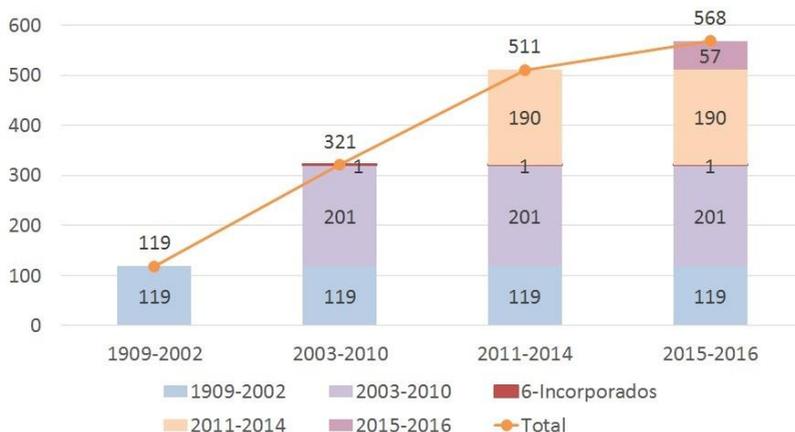
⁵ Informações coletadas em 2017 que tem como base o ano de 2016.

Figura 05 - Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica em unidades



Fonte: Brasil (2017a).

Figura 06 - Quantidade de Municípios Atendidos com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Brasil (2017a).

A Rede Federal é composta por 38 Institutos Federais presentes em todos os Estados do País e, formada ainda por

instituições que não se transformaram em Institutos Federais (BRASIL, 2008): 02 (dois) centros federais de educação tecnológica; 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e, o Colégio Pedro II (BRASIL, 2017b).

Estas instituições oferecem educação profissional em todos os níveis, cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, em consonância com as necessidades de desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2015).

Estas instituições foram equiparadas às Universidades, no que tange à formação de alunos no nível de graduação e de pós-graduação, entre outros aspectos inerentes a uma instituição de ensino superior no que se refere a carreiras funcionais e estrutura (BRASIL, 2008).

A distribuição das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pelo País, pode ser vista na Figura 07 – Instituições da Rede Federal distribuída pelo Brasil.

Figura 07 - Instituições da Rede Federal distribuída no Brasil



Fonte: Brasil (2017b).

De acordo com Pacheco (2011), os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia possuem um modelo institucional inovador em termos de proposta político pedagógica, que atuam em cursos técnicos (50% das vagas), na maioria integrada com o ensino médio, licenciatura (20% das vagas) e graduação tecnológicas, podendo oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica (BRASIL, 2008). O autor afirma que:

Neste contexto, o Instituto Federal trata-se de um projeto progressista que entende a

educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimento objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuí-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (PACHECO, 2011, p. 17).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está alicerçada numa história de construção de mais de 100 anos, cujas atividades iniciais eram mecanismos de uma política voltada às classes desprovidas de riqueza, e vem se configurando historicamente como uma estrutura para socialização das conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o componente diferencial que engendra a constituição de uma identidade social particular para os agentes sociais e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é desinente do processo histórico, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, com o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos (BRASIL, 2015).

A Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) trouxe uma nova perspectiva de ensino em nível nacional, e, com isto, ampliação de obras, que demandou uma nova concepção de gestão. Todavia como foco deste estudo, busquei compreender a partir do olhar dos gestores, como concebem o processo de manutenção preventiva das edificações, na qual demonstro, no próximo capítulo, o caminho metodológico percorrido.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste capítulo, descrevo o caminho metodológico percorrido para formalização e análise da pesquisa, delimitando o tipo e a natureza do estudo, os sujeitos da pesquisa e a coleta e análise das informações.

Para Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa se constitui no caminho para compreender a realidade ou desvendar verdades parciais, é o procedimento formal utilizado para encontrar respostas para questões propostas, empregando métodos de pensamento reflexivo com tratamento científico.

4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Tentando compreender melhor a problemática estudada, ou seja, como os gestores concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, realizei uma pesquisa documental e bibliográfica, recorrendo a documentos institucionais e estudando bibliografias reconhecidas sobre o assunto.

O presente estudo é de natureza qualitativa, que, de acordo com Triviños (1987), tem como características: ter o ambiente natural como fonte direta de dados; ser descritiva com a intenção de captar a aparência e a essência do fenômeno; apreciar o processo do fenômeno não apenas numa perspectiva atual, mas seu processo histórico; analisar a partir do fenômeno social; compreender os significados, buscando as raízes, as causas e suas relações, num contexto amplo do sujeito considerado como ser social e histórico.

Esta pesquisa, quanto aos meios, pode ser classificada como estudo de caso, que, segundo Vergara (2013), é uma categoria de pesquisa onde o fenômeno de investigação está circunscrito em uma unidade e tem caráter de profundidade e detalhamento. Ainda de acordo com Triviños (1987), este trata-se de um estudo de caso histórico-organizacional, neste caso, uma instituição de ensino superior no âmbito público.

4.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Para Vergara (2013), população de uma pesquisa é o conjunto, neste caso, de pessoas, que possuem características comuns ao delineamento do estudo e amostra é uma parte desta população escolhida segundo algum critério de representatividade definidos pelo pesquisador.

Diferentemente de uma pesquisa quantitativa, que necessita de uma validação geral para a determinação da amostra, a pesquisa qualitativa busca uma representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão da pesquisa. A definição do tamanho da amostra é feita intencionalmente observando condições como: sujeitos essenciais para esclarecimento do assunto; facilidade para encontrar os sujeitos; disponibilidade de tempo dos indivíduos para a entrevista; entre outros (TRIVIÑOS, 1987).

Para este Estudo, defini a população dos sujeitos a participarem da pesquisa, vide Quadro 03 – Sujeitos da Pesquisa –, são os gestores do IFSC, diretores dos *campi*, devido ao fato de que estes, no desenvolvimento de suas atividades, são os responsáveis pela solicitação de obras e serviços de engenharia, e os gestores da Reitoria que estão ligados ao Departamento de Obras e Engenharia.

Quadro 03 - Sujeitos da Pesquisa

FUNÇÃO DE GESTÃO	Nº GESTORES EM 2017
Pró-Reitor de Administração	01
Diretor de Administração	01
Chefe do Departamento de Obras e Engenharia	01
Coordenador de Engenharia	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Araranguá	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Florianópolis	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Florianópolis-Continente	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> São José	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Chapecó	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Joinville	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Jaraguá do Sul	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Gaspar	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Jaraguá do Sul – Geraldo Werninghaus	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Garopaba	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Criciúma	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Avançado Xanxerê	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Canoinhas	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Avançado Urupema	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Caçador	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Lages	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> São Miguel do Oeste	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Palhoça-Bilíngue	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Itajaí	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> São Carlos	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Tubarão	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Avançado São Lourenço do Oeste	01
TOTAL	26

Fonte: Elaborado pela Autora.

Para definição da amostra utilizei alguns critérios de seleção, buscando uma representatividade que pudesse enriquecer a pesquisa, preservando todo o contexto histórico da expansão do IFSC, sendo assim caracterizada como intencional (TRIVIÑOS, 1987). Para tanto selecionei como sujeitos desta pesquisa, gestores da Grande Florianópolis, no exercício da função no ano de 2017.

Tal critério, justifica-se devido ao fato da Expansão da Rede EPT (BRASIL, 2005) ter iniciado no ano de 2005 e estar em curso em 2017. A delimitação da região dos *campi*, além de estar associada com a facilidade de acesso aos entrevistados, ocorreu por a região contar com a Reitoria e 05 (cinco) *campi*, sendo que destes *campi* 02 (dois) tratam-se dos mais antigos do IFSC e os outros 03 (três), fazendo parte da Expansão (BRASIL, 2005). Outro fator, da delimitação da realização da pesquisa na Grande Florianópolis é a limitação financeira no que tange a não concessão de bolsa para o desenvolvimento do presente Estudo. Neste contexto, vide Quadro 04 – Sujeitos Potenciais da Pesquisa.

Quadro 04 - Sujeitos Potenciais da Pesquisa

FUNÇÃO DE GESTÃO	Nº GESTORES EM 2017
Pró-Reitor de Administração	01
Diretor de Administração	01
Chefe do Departamento de Obras e Engenharia	01
Coordenador de Engenharia	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Florianópolis	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Florianópolis-Continente	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> São José	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Palhoça-Bílingue	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Garopaba	01
TOTAL	09

Fonte: Elaborado pela Autora.

Devido à dificuldade de agenda dos gestores, foram entrevistados apenas 05 (cinco) gestores dos inicialmente previstos. Vide Quadro 05 – Sujeitos Participantes da Pesquisa.

Quadro 05 - Sujeitos Participantes da Pesquisa

FUNÇÃO DE GESTÃO	Nº GESTORES
Pró-Reitor de Administração	01
Diretor de Administração	01
Chefe do Departamento de Obras e Engenharia	01
Coordenador de Engenharia	01
Diretor Geral do <i>Campus</i> Florianópolis-Continente	01
TOTAL	05

Fonte: Elaborado pela Autora.

Não é preocupação, em geral, da pesquisa qualitativa a quantificação da amostragem, como já mencionado, a definição da amostra pode ser intencional, considerando uma série de condições (TRIVIÑOS, 1987). No desenvolvimento deste Estudo a indisponibilidade de agenda de alguns dos sujeitos potenciais da pesquisa se apresentou como condição delimitadora da amostra, ocorre que esta delimitação não prejudica a validade dos resultados, haja vista que os objetivos foram alcançados e, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, estudo de caso, não tem por intenção generalizar o resultado, trata-se de um olhar dos gestores do IFSC sobre o tema, considerando sua realidade e seu processo histórico (TRIVIÑOS, 1987). A mesma pesquisa aplicada em outras instituições, ou ainda no IFSC com outros gestores, poderá apresentar outros resultados.

Tendo em vista o alcance do objetivo de compreender como os gestores do IFSC concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, a escolha dos sujeitos da amostra se constitui pela atribuição dos cargos que ocupam, conforme exposto no Quadro 06 – Cargos e Competências.

Quadro 06 - Cargos e Competências

(continua)

ARGO	COMPETÊNCIAS
Pró-Reitor de Administração	“Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária; executar o planejamento nos níveis tático e operacional; elaborar os projetos de infraestrutura; executar as licitações; executar os contratos; estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área; executar as ações necessárias para viabilização das políticas definidas pelo Conselho Superior” (IFSC, 2010b, s/p.).
Diretor de Administração	“Supervisionar a execução das licitações; acompanhar os processos de Tomada de Contas, inventários de bens móveis e imóveis e de alienações; propor a elaboração de projetos para obtenção de recursos financeiros; propor normas no âmbito de sua Diretoria, submetendo-as ao órgão competente; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área” (IFSC, 2010a, s/p.).
Chefe do Departamento de Obras e Engenharia	“Acompanhar e fiscalizar a execução de obras e serviços; atuar junto à administração dos <i>campi</i> no tocante ao desenvolvimento do plano urbanístico e de obras civis; coordenar a elaboração de projetos básicos, relatórios e orçamentários de obras e serviços de engenharia; coordenar as equipes de execução e fiscalização do desenvolvimento de projetos de obras; emitir parecer técnico sobre as propostas apresentadas para obras e serviços a serem executados; emitir e assinar termos de recebimento de obras; participar da elaboração e acompanhar a execução do plano diretor de infraestrutura da Instituição; propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria na área de engenharia e infraestrutura; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área” (IFSC, 2010a, s/p.).

Quadro 06 - Cargos e Competências

(conclusão)

ARGO	COMPETÊNCIAS
Coordenador de Engenharia	“Supervisão, coordenação e orientação técnica aos <i>campi</i> do IFSC; estudo, planejamento, projetos e especificações de obras novas, reformas e adaptações dos <i>campi</i> do IF-SC; estudo de viabilidade técnico-econômica; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; elaboração de orçamentos; fiscalização de obras e serviços técnicos; fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia; elaboração de Editais de obras e serviços de Engenharia; participação das licitações de obras e serviços de engenharia” (IFSC, 2010c, s/p.).
Diretor de <i>Campus</i>	“Coordenar as políticas educacionais e administrativas, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior e demais colegiados sistêmicos, pelo órgão colegiado do <i>campus</i> e pelas orientações determinadas pelo Reitor, em consonância com o Estatuto, com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Regimento Geral do IFSC; Organizar o planejamento anual do <i>campus</i> ; participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional; autorizar processos de compras e execução de serviços; zelar pela manutenção dos bens patrimoniais” (IFSC, 2010a, s/p.).

Fonte: Elaborado pela Autora.

4.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Para execução da coleta de informações com os sujeitos da pesquisa, utilizei a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, a qual poderia ocorrer acréscimo de questões não previstas, em decorrência das respostas dos entrevistados, conforme Triviños (1987). Para o autor, a entrevista semiestruturada é aquela que parte de questionamentos básicos, sustentados em teorias e hipóteses que interessem a pesquisa, e, na sequência, oferecem amplo campo de interrogativas, em decorrência de hipóteses novas que surgem conforme as respostas dadas pelos entrevistados.

Os dados secundários, extraídos de pesquisa bibliográfica (livros, periódicos, sites institucionais, teses e dissertações) e pesquisa documental (arquivos físicos e eletrônicos, para apuração de legislação, estatutos, regimentos, normatizações, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFSC, 2014b), relatórios de gestão, relatórios anuais de Auditoria do IFSC e outros documentos não publicados).

Para elaboração do instrumento de coleta de informações, fez-se necessário um roteiro, que contribuiu não apenas para a coleta de informações mas também, a posteriori, para a sistematização e avaliação do conteúdo das respostas, assim sendo, delinee as seguintes categorias de análise e seus respectivos conteúdos base, vide Quadro 07 – Categorias e Conteúdos Base.

Quadro 07 - Categorias e Conteúdos Base

	CATEGORIA	CONTEÚDOS BASE
1	Departamento de Obras e Engenharia do IFSC	1. Historicidade 2. Concepção
2	Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC	1. Concepção 2. Interação com as ações do Departamento de Obras e Engenharia
3	Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	1. Concepção 2. Interação com a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC

Fonte: Elaborado pela Autora.

Para Cheptulin (1982), as categorias são graus de desenvolvimento da consciência e da prática social dos homens, assim como graus de desenvolvimento das relações estabelecidas entre eles e deles com a natureza, refletindo as leis do funcionamento e do desenvolvimento da atividade prática. O conteúdo base, ou de determinação, de acordo com o autor, fixa o específico e o essencial para distinguir uma categoria das demais, mas não esgota todo o seu conteúdo, que é mais diversificado e mais rico do que as propriedades e os traços englobados pela determinação. A partir destas categorias e conteúdos base, para a coleta de informações, elaborei o roteiro

de entrevistas vide APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES.

A presente Pesquisa, foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, conforme regulamentação da Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), do Conselho Nacional de Saúde, para garantir o respeito, a ética, a privacidade e a proteção dos participantes da pesquisa, permanecendo estes acima do desenvolvimento científico e Institucional. O Comitê emitiu parecer favorável conforme consta no ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.

As entrevistas foram realizadas com apenas 05 (cinco) gestores dos inicialmente delimitados, conforme Quadro 04 – Sujeitos da Pesquisa, entre os dias 06 de março de 2017 e 31 de março de 2017, com duração entre 10 e 33 minutos cada uma.

As entrevistas foram previamente agendadas com os Gestores por meio de contato telefônico, foram realizadas no ambiente de trabalho dos entrevistados, em salas privativas, para que pudesse ser preservado o sigilo das informações e os entrevistados pudessem se sentir mais tranquilos, sem interferências externas.

Todas as entrevistas foram gravadas, com a autorização prévia dos entrevistados. Antes de iniciar as entrevistas entreguei Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, vide APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, para que fosse lido e assinado. As entrevistas foram gravadas por meio de um programa específico instalado no aparelho celular, o que permitiu que as mesmas fossem posteriormente transcritas e submetidas à validação do entrevistado. Após estes procedimentos, as gravações foram descartadas.

Busquei seguir fielmente as perguntas contidas no Instrumento de Coleta de Informações (APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES), durante a realização das entrevistas, visando a alcançar o devido agrupamento nas categorias para análise posterior.

Os Gestores entrevistados foram receptivos e se demonstraram interessados no fenômeno de investigação, dispuseram-se a colaborar com a Pesquisa e demonstraram interesse nos resultados.

Para manter em sigilo e preservar a identidade dos gestores entrevistados, codifiquei-os do seguinte modo:

- a) G 01 – Gestor 01;
- b) G 02 – Gestor 02;
- c) G 03 – Gestor 03;
- d) G 04 – Gestor 04; e,
- e) G 05 – Gestor 05.

A transcrição das entrevistas ocorreu imediatamente após a sua realização, mantendo fielmente as respostas dos entrevistados com intuito de preservar as informações de possíveis distorções.

Para análise das informações coletadas nas entrevistas, utilizei a técnica de análise de conteúdo para substanciar a presente investigação, que, de acordo com Bardin (1977, p. 38), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Este método serve para desvendar ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios e diretrizes, que não são tão claro à primeira vista, possibilitando ao pesquisador adquirir informações por meio do exame objetivo das respostas apresentadas (TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo busca outras realidades por meio das mensagens, procurando conhecer o que está por trás das palavras as quais se debruça. Para o autor (BARDIN, 1977), a análise de conteúdo pode ser dividida em 03 (três) fases: a pré-análise, que é a fase de organização, tendo por objetivo tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais; a exploração do material, que corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, que permite atingir uma representação do conteúdo que pode ser feita por meio de agregação com a escolha das categorias; e, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, tratam-se da fase de analisar e interpretar os resultados de modo que se tornem significativos e válidos, a propósito dos objetivos previstos ou a descobertas inesperadas.

Nesta perspectiva, iniciei a análise de conteúdo com as fases de pré-análise e exploração do material, perfazendo as seguintes etapas:

- 1º) Transcrevi todas as entrevistas gravadas, fielmente para que não ocorresse nenhum erro de interpretação das informações;

- 2º) Fiz uma leitura detalhada e minuciosa das entrevistas transcritas, com o intuito de verificar possíveis erros de transcrição que pudessem atrapalhar a interpretação das informações;
- 3º) Agrupei as respostas dos entrevistados, categorizando-as conforme as categorias e conteúdos base definidos anteriormente no Quadro 07 – Categorias e Conteúdos Base;
- 4º) Realizei uma leitura detalhada do caminho teórico percorrido a fim de consolidar o apoio teórico necessário a interpretação e análise dos dados coletados;
- 5º) Esbocei o perfil dos entrevistados mediante dados quantitativos das informações fornecidas no início das entrevistas, como cargo ocupado, tempo de serviço na instituição e tempo de serviço no cargo de direção o qual ocupam.

Percorrida as fases da pré-análise e da exploração do material, passo a terceira fase da Análise de Conteúdo, que é o tratamento dos resultados da investigação, por intermédio da análise das informações coletadas

5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Com base nas categorias e seus conteúdos base definidos conforme o Quadro 07 – Categorias e Conteúdos Base, iniciei a análise das informações coletadas, salientando as falas mais significativas dos entrevistados quanto ao fenômeno de investigação, buscando confrontá-las com o caminho teórico percorrido na trajetória deste Estudo.

Sendo assim, subdividi este capítulo inicialmente pela caracterização dos entrevistados, seguido por cada uma das três categorias de análise utilizadas na Pesquisa, as quais são: Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC e Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados os 05 (cinco) gestores dos definidos previamente como Sujeitos de pesquisa, vide Quadro 04 – Sujeitos Potenciais da Pesquisa. Entre os gestores pesquisados, haviam 04 (quatro) Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e 01 (um) Docente.

As entrevistas ocorreram no ambiente de trabalho dos entrevistados, de forma tranquila, a ponto de me deixar confortável, como pesquisadora, para fazer as perguntas inicialmente propostas no Instrumento de Coleta de Informações (vide APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES). Os entrevistados mostraram-se inicialmente preocupados em não estarem aptos a responderem os questionamentos de maneira a contribuir com a pesquisa, embora tivessem demonstrado interesse pela temática e ressaltado a relevância do assunto.

Em busca de demonstrar o perfil dos entrevistados caracterizo adiante os sujeitos de acordo com a carreira que pertence cada um, o tempo de serviço no IFSC e o tempo no cargo de gestão o qual ocupam em 2017. Dos 05 (cinco) gestores entrevistados 04 (quatro) são Técnicos Administrativos em Educação e 01 (um) Docente, a média de tempo de serviço na Instituição é de 08 (oito) anos e 02 (dois) meses, sendo que o

entrevistado com mais tempo possui 10 anos de serviços prestados a Instituição e o de menor tempo possui 05 (cinco) anos. A média de tempo no cargo da gestão é de 01 (um) ano e 05 (cinco) meses, sendo que o maior tempo é de 02 (dois) anos e o menor é de 01 (um) ano.

Estando os entrevistados devidamente caracterizados, início a análise das informações com a primeira categoria de análise delimitada no Quadro 07 – Categorias e Conteúdos Base, – Departamento de Obras e Engenharia do IFSC.

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E ENGENHARIA DO IFSC

Na primeira categoria de análise, Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, foram trabalhados os seguintes conteúdos base: historicidade e concepção.

Quanto ao processo histórico do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, todos os entrevistados relacionaram, de alguma forma, o seu conhecimento do processo histórico do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC com o ano de seu ingresso na Instituição, sendo que apenas 02 (dois) dos 05 (cinco) entrevistados afirmaram conhecer este setor anteriormente ao seu ingresso no IFSC, conforme ilustra a fala dos Gestores G 01 e G 04:

Até onde eu sei o Departamento era uma coordenadoria de fiscalização de obras que veio a tornar-se Coordenadoria de Engenharia (COENGE), para então tornar-se o Departamento de Obras e Engenharia [...] (G 01).

[...] meu conhecimento do Departamento de Obras é bem anterior à minha posse [...] porque lembro deste setor como Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) na década de 90 lá na ETF-SC, depois, talvez já na época em que a instituição era CEFET-SC, se tornou coordenadoria de engenharia ligada a diretoria de administração do CEFET-SC e depois na reestruturação da Pró-Reitoria de Administração ele se tornou Departamento de Engenharia (G 04).

Os gestores demonstram conhecer o processo histórico do Departamento, acrescentando informações da existência de uma Coordenadoria de Planejamento (COPLAN). A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) foi citada no processo histórico do Departamento de Obras e Engenharia por 03 (três) dos 05 (cinco) entrevistados. Destaco as falas dos Gestores G 01 e G 03:

Com a Expansão e o CEFET-SC tornando IFSC, teve um fortalecimento no setor que passou de Coordenadoria a Departamento (G 01).

[...]acho que no início 2008, 2009 e 2010 foi período de expansão, o Departamento teve que absorver todas as demandas [...] (G 03).

De acordo com as falas dos gestores, a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) trouxe a necessidade institucional de estruturação do setor de engenharia e uma reconfiguração das ações deste (CEFET-SC, 2009).

O processo histórico do Departamento foi narrado pela maioria dos entrevistados apenas no aspecto formal, narraram as mudanças que ocorreram na estrutura organizacional, e apenas 02 (dois) dos 05 (cinco) entrevistados relataram sobre o corpo profissional do Departamento no processo histórico, a respeito do qual destaco nas falas dos Gestores G 05 e G03:

[...] antes o Departamento de Obras e Engenharia era uma coordenadoria de engenharia ligada ao que é hoje a Pró-Reitoria de Administração, não tinha os cargos que tem hoje, tinha um coordenador de engenharia que chefiava os demais colegas da área, que não eram muitos, se não me engano a 10 anos atrás eram umas 04 (quatro) pessoas sendo uma assistente em administração com formação na área que acabava ajudando nos trabalhos (G 05).

O Departamento está num processo de evolução dentro da instituição, dado ao papel que tinha antes, de mais gerenciar e tocar as

obras do que parar para conseguir fazer seu planejamento [...] dado ao leque de profissionais que temos lotados no setor deveria ir muito além do acompanhamento de obras [...] (G 03).

O Gestor G 03 iniciou suas atividades no IFSC, em 2008, e relatou conhecer o Departamento de Obras e Engenharia a partir desta data. Considerando sua fala, posso afirmar, como gestora do Departamento de Obras e Engenharia (CEFET-SC, 2008b; IFSC, 2009a; IFSC, 2009b; IFSC, 2012a), que este papel de gerenciar e tocar obras, vivido pela equipe técnica logo no início de suas atividades na Instituição, é reflexo dos problemas de atrasos de obras e falta de fiscalização apontados pela CGU no Relatório de Gestão do exercício 2005 (CEFET-SC, 2006), gerados pelo fase I e II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005).

A explanação do Gestor G 05 evidencia o papel do Departamento de Obras e Engenharia no processo de expansão:

Acho que historicamente nestes 10 anos que tenho de convívio e conhecimento do Departamento de Engenharia percebo uma evolução muito legal[...] nós tínhamos poucos campi, eles foram ajudando no processo de criar vários outros campi e outras reformas, chegando ao que é toda a rede do IFSC, hoje, somos 22 campi (G 05).

Apesar dos atropelos do desenvolvimento das atividades do Departamento de Obras e Engenharia, o Plano de Expansão (BRASIL, 2005) teve um papel importante no processo histórico deste Departamento, trouxe uma configuração diferente ao setor que existia no organograma institucional do ETF-SC desde 2001 (ETF-SC, 2001). O Departamento foi estruturado, tanto organizacionalmente, quanto em questão de pessoal, para atender a Expansão (BRASIL, 2005) e, ao longo dos anos, teve uma evolução qualitativa em relação às atividades desenvolvidas, conforme evidencia o relato do Gestor G 03:

[...] o Departamento teve que absorver todas as demandas da Expansão sem um

planejamento significativo para isso. No meu ponto de vista, hoje, depois que passou todo este “boom” da Expansão, o Departamento está conseguindo aos poucos se organizar e não olhar só para as obras mas também para outras demandas da Instituição (G 03).

Quanto à concepção que os gestores têm sobre o Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, todos concordam que o Departamento é responsável pela infraestrutura de toda a instituição, relacionado a projetos, orçamentação, manutenção e fiscalização da execução das obras em todos os *campi* do IFSC e Reitoria. Vide as falas dos Gestores G 02 e G 04, para ilustrar esta afirmação:

A atividade do Departamento de Obras e Engenharia dentro do IFSC é uma atividade meio, não uma atividade fim, é administrativa, é de sua responsabilidade toda a infraestrutura do IFSC. Todo pensamento com relação à infraestrutura, com relação a projetos, orçamentação de obras, manutenção de obras, tudo que está relacionado a parte de infraestrutura o Departamento deve estar envolvido (G 02). Entendo que a finalidade do Departamento de Engenharia é receber as demandas dos campi sobre as obras necessárias, sejam novas obras, ampliações ou reformas, acompanhar e montar os processos necessários para estas contratações. Acompanhar os projetos, [...] desenvolver alguns projetos [...] eles fazem os orçamentos e montam todo o processo de licitação e contratação nos moldes da instituição, para então fazer o devido acompanhamento da obra até sua finalização (G 04).

O Gestor G 02 afirma que “[...] O Departamento é a parte técnica e operacional que trabalha as decisões da gestão com relação a infraestrutura” (G 02), apesar disso, o Gestor 03, acredita que o papel do Departamento vai além, é também responsável

pelo planejamento institucional, no que tange sua área de atuação, conforme mostra sua fala:

Dado ao leque de profissionais que temos lotados no setor, deveria ir muito além do acompanhamento de obras, deveria fazer todo um planejamento institucional de ações voltadas até mesmo para questões de manutenções como já colocamos algumas vezes. Que o Departamento tivesse o papel de ser o disseminador, conseguir implantar algumas coisas na Reitoria e usar este exemplo para disseminar nos campi (G 03).

De acordo com o Gestor G 05, o Departamento de Obras e Engenharia do IFSC deveria atuar diretamente nas manutenções, sendo executores dos serviços de pequenas correções e reformas, mas que para isso necessitaria de mão de obra, que seriam servidores para atuar na manutenção, alguns destes cargos já extintos ou em extinção. Destaco a fala do Gestor G 05:

Então eu vejo que existe os profissionais concursados dentro do Departamento, que são, no nosso caso do IFSC, pessoas que podem fazer todo aquele acompanhamento, que tem toda a expertise mas eles não tem equipe para operacionalizar então eles acabam sendo um departamento mais de projetos e de acompanhamento do que execução, ao contrário da universidade que projeta, acompanha e executa, eles tem lá os seus servidores que podem trabalhar com as ferramentas que podem fazer o que precisar, como levantar uma parede, se precisar fazer um reparo de elétrica, não necessitando contratar estes serviços (G 05).

A manutenção preventiva das edificações é atividade que atua antecipadamente para que não haja a reparação, evitando falhas e comprometimento da *performance* da edificação. Sendo assim, sua realização de forma correta reduziria a necessidade de manutenção corretiva, que é a reparação com intuito de corrigir falhas ou problemas, ela implica na paralização do sistema,

envolve custos elevados em relação a outras atividades de manutenção (GOMIDE; PUJADAS; FAGUNDES NETO, 2006).

Complementa o Gestor 05 que o Departamento de Obras e Engenharia deveria executar as obras:

[...] No nosso caso eu acho que a única deficiência que o nosso departamento tem e eles devem sofrer bastante com isso é a falta de pessoas para executar antes de complexamente ter que fazer um edital, mesmo que seja emergencial é necessária uma dispensa de licitação, ou seja sempre está envolvido com um processo, o que eu acho que tira bastante tempo deles, porque acabam eles mesmos tendo que estar elaborando editais, sem terem pessoal pra isso. Enquanto eles criam o processo, toda a parte teórica do edital, criam o edital, preparam o orçamento, ocupa um tempo que eles podiam utilizar para a prevenção e no caso também fazendo a execução das obras se tivesse alguma equipe (G 05).

Como pode ser observado, o Gestor G 05 faz comentário do tempo que leva a montagem dos processos de licitação para contratação de serviços, tempo este que poderia ser utilizado para se pensar na manutenção preventiva das edificações. Atualmente, o Departamento é quem monta todo o projeto básico, o edital e as demais documentações que compõe o processo de contratação de obras e serviço de engenharia, sendo que deveria ser de sua responsabilidade apenas o projeto básico, haja vista ser a única parte do processo que precisa de seu conhecimento técnico. Todos os demais documentos deveriam ser realizados pelo Departamento de Compras da Instituição, o qual tem expertise e costuma montar todos os outros processos de compras e contratações de serviço da Instituição, com o auxílio dos setores de compras dos *campi*.

Com base em minha vivência como gestora do Departamento de Obras e Engenharia no período de 2008 a 2015 (CEFET-SC, 2008b; IFSC, 2009a; 2009b; 2012a; 2012b; 2015a) pude perceber que esta prática, de o Departamento de Obras e Engenharia montar todo o processo, iniciou na fase II da Expansão

(BRASIL, 2005) quando as demandas do Departamento de Compras eram muito grandes e sua equipe insuficiente, na época o IFSC estava em processo de estruturação de pessoal (CEFET-SC, 2009). Ocorre que esta fase passou, o Departamento de Compras está estruturado e a Engenharia deveria estar fazendo apenas o que lhe compete de um processo de contratação de obra e serviços de engenharia que é o projeto básico.

A Expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica, (BRASIL, 2005), em sua primeira fase, compreendida entre 2005 e 2008, possibilitou ao IFSC a criação de 04 (quatro) unidades (ALMEIDA, 2010; IFSC, 2017a). A segunda fase ocorreu de 2008 a 2011, conhecida também como Plano de Expansão II, trouxe a Instituição uma ampliação ainda maior, tanto em número de *campi* quanto em áreas construída, passando de 07 (sete) para 19 *campi*. Agregando a estas o Plano de Expansão III, o IFSC chegou, em 2017, com um total de 22 *campi* e uma área total construída de mais de 145. 374,56 m² (IFSC, 2017a).

Diante de todo exposto, ao longo da análise desta categoria, Departamento de Obras e Engenharia, posso afirmar que os gestores do IFSC conhecem o seu processo histórico, descrevendo seu funcionamento desde o tempo em que a Instituição era a ETF-SC. Afirmam a evolução alcançada por este Departamento, principalmente quando da criação do IFSC (BRASIL, 2008), onde o setor passa a ser um departamento na estrutura organizacional da Instituição e tem seu corpo técnico ampliado, com o passar do tempo.

Em suas falas, pude perceber ainda que, os gestores reconhecem o papel do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) nesta evolução do Departamento, bem como a importância da estruturação do Departamento para o que o IFSC conseguisse expandir de 03 (três) *campi* para 22 *campi*.

Os gestores compreendem que as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Obras e Engenharia do IFSC são uma atividade meio da Instituição, que são responsáveis por toda a infraestrutura do IFSC, no que diz respeito ao planejamento, projeto, orçamento e fiscalização de obras e reformas, bem como os responsáveis por manter o patrimônio imobiliário institucional.

Os gestores expõem que a atuação do Departamento de Obras e Engenharia está aquém do que poderia, haja vista a

expertise que possuem, mas reconhecem que a Expansão (BRASIL, 2005), em seu volume de obras, é, em parte, a responsável pelo não alcance de sua eficiência. Reconhecem ainda que a montagem de processos, a parte burocrática da contratação de obras e serviços de engenharia, tomam um tempo que seria importante para as atividades que são exclusivas deste Departamento (IFSC, 2017b).

5.3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES DO IFSC

A categoria de análise intitulada Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, sustentou-se nos conteúdos base: concepção e interação com as ações do Departamento de Obras e Engenharia. Quanto à concepção da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, 04 (quatro) dos 05 (cinco) entrevistados afirmaram que o IFSC não possui uma política de manutenção preventiva das edificações, conforme ilustra a fala dos Gestores G 01 e G 04:

Eu acho que não existe, não temos uma política formalizada, caso tenha uma política formalizada, não é dado prioridade a ela. A manutenção preventiva das edificações não está sendo tratada como deveria. Isso é reflexo de não termos uma política consolidada (G 01).

Acho que a instituição não tem esta política formalizada, o que está no nosso fazer do dia a dia é aquilo que instintivamente e historicamente foi trazido da antiga COPLAN e da ETFSC, tudo que se refere a um conserto na instituição está relacionado ao Departamento de Engenharia. Então hoje sempre que alguma coisa estraga e precisa de conserto as pessoas se reportam ao Departamento de Engenharia instintivamente, mas não temos esta política formalizada (G 04).

O Gestor G 05 foi o único que não afirmou que o IFSC não possui uma política de manutenção preventiva das edificações, faz

inclusive menção a existência de um manual, conforme transcrição:

Eu sei que tem um manual que foi criado a tempo, mas ele ainda depende do entendimento de todas as direções gerais dos campi e das pessoas que são envolvidas com isso em cada cidade, como escrever a sua peculiaridade por conta das suas edificações? Então eu acho que falta uma ajuda da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional para fazer com que este documento realmente se materialize (G 05).

Ocorre que a despeito da não afirmação da inexistência, a fala do Gestor G 05 deixa clara a necessidade de materialização desta política, dando a entender que não há uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC formalizada, evidenciando assim que, apesar das tentativas feitas, em 2012, com a criação da Coordenadoria de Regularidade Imobiliária, com o intuito de ser responsável, entre outras coisas, pela manutenção do patrimônio e segurança dos usuários (IFSC, 2013), o IFSC continua sem esta Política Institucional.

Do total de 05 (cinco) gestores entrevistados, 03 (três) deles associam a falta de manutenção preventiva ao fato de a Instituição estar voltada à Expansão (BRASIL, 2005), que demandou por obras e acelerou o crescimento institucional, conforme relatam os Gestores G 03 e G 04:

O Departamento de Engenharia teve um olhar muito mais voltado para obras do que parar e pensar na manutenção preventiva, que deveria ser um dos seus principais papéis, a partir do momento que não temos mais obras deveríamos cuidar daquilo que a gente tem [...] (G 03).

[...] todo o Departamento de Engenharia se estruturou num momento em que a instituição estava crescendo muito, então o foco era construir, agora que se estabeleceu a expansão o foco é cuidar do que foi construído (G 04).

Além de mencionarem o Plano de Expansão (BRASIL, 2005), ambos trazem a importância de manter o patrimônio imobiliário construído e a importância do Plano Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações para a preservação deste, bem como seu processo de historicidade. Uma vez construídas as edificações, deve ser garantida a longevidade e durabilidade das mesmas, por meio da manutenção preventiva (GOMIDE; PUJADAS; FAGUNDES NETO, 2006) haja vista que tratar estas como produtos descartáveis seria inviável economicamente e inaceitável do ponto de vista ambiental (ABNT, 2012). Além do mais, as edificações revelam o processo histórico e cultural vivenciado pela Instituição, em interação com o desenvolvimento da sociedade onde o IFSC está inserido, preservá-las é preservar sua historicidade, transmitindo conhecimentos, na interação do passado com o presente, servindo de alicerce para o fortalecimento de sua identidade como instituição social.

Embora não exista a formalização de uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, existe uma prática de manutenção relacionada a esta, conforme destaque na fala dos Gestor G 02:

A nossa Política Institucional de Manutenção é muito reativa e pouco preventiva [...] o IFSC preocupou-se muito em expandir, e todo o corpo técnico foi direcionado para questão de expansão e cuidou pouco da manutenção preventiva das edificações. Algumas atividades foram desenvolvidas para aprimorar e melhorar a manutenção preventiva, não existe ainda um plano definido de manutenção, apesar das tentativas (G 02).

As explicações anteriores também trazem à tona que a manutenção das edificações do IFSC ocorre sempre de forma reativa, ou seja, é realizada a manutenção corretiva, que se trata daquela manutenção que tem por objetivo corrigir falhas ou problemas apresentados, pouco é feito com relação à manutenção preventiva, que é aquela que objetiva evitar que problemas apareçam e assim demandem reparos (GOMIDES; PUJADAS; FAGUNDES NETO, 2006).

Os Gestores G 03 e G 04 explanaram sobre as manutenções preventivas que já estão sendo realizadas no IFSC, de forma isolada. Para ilustrar, destaco a fala do Gestor G 04:

Já vejo a preocupação tanto do Departamento de Obras e Engenharia quanto dos gestores de alguns campi em buscar a questão preventiva, como por exemplo a solicitação da pintura do prédio antes que este fique mais degradado, outro exemplo é a questão das subestações de energia que houve toda uma preocupação de atendimento a legislação e o Departamento de Obras e Engenharia conduziu o processo para contratação do serviço de manutenção preventiva destas, assim como a manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionados. Sendo assim existem ações pontuais relativas a manutenção preventiva que vai se percebendo ao longo do tempo[...] (G 04).

Sobre a formalização da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, ressalto a fala do Gestor G 05:

Eu sei que tem um manual que foi criado a tempo, mas ele ainda depende do entendimento de todas as direções gerais dos campi e das pessoas que são envolvidas com isso em cada cidade, como escrever a sua peculiaridade por conta das suas edificações, então eu acho que está faltando uma ajuda da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) para fazer com que este documento realmente se materialize [...] sei que hoje lá tem a Diretoria de Gestão do Conhecimento, que está tratando de fazer o mapeamento dos processos e colocar no site do IFSC [...] Também penso que como temos apenas 08 (oito) anos de estrutura de Reitoria [...] acho que a gente tem muito tempo ainda para fazer um manual de prevenção da parte predial que esteja bem redondinho [...] eu acho que este manual é muito importante

porém ele vai demorar muito a sair do papel se o Departamento de Obras e Engenharia não tomar peito dele e tocar ele pra frente, mesmo que entregue um modelo básico [...] (G 05).

O Gestor sugere que o Departamento de Engenharia tome a frente dos trabalhos e que seja buscada a ajuda da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, por meio da Diretoria de Gestão do Conhecimento, que tem expertise para tanto e já faz um trabalho de mapeamento de processos.

Apondo também a importante observação feita pelo Gestor G 05 acerca da operacionalização de uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações:

Mesmo formalizada, a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC vai precisar de adaptações ao longo do tempo, por serem questões muito técnicas que muitos gestores não conseguirão pôr em prática [...] se, nesta Política de Manutenção, não estiver tudo bem explicitado vai ser difícil os campi operacionalizarem estas vistorias de manutenção. Eu sei porque quando vamos fazer o regimento interno dentro de um campus dependemos de várias pessoas e estas nunca dispõem de tempo pra participar das comissões, porque já participam de várias outras, estamos sempre dependendo de pessoas que desenvolvem outras atividades para fazer estas atividades e não será diferente na Política de Manutenção Preventiva das Edificações.

O Gestor destaca a importância de informações precisas e técnicos responsáveis para operacionalizar a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, indo ao encontro das recomendações da NBR 5674 (ABNT, 2012) de que uma política de manutenção das edificações deve normatizar sobre o conjunto de atividades, técnicas e administrativas, que devem ser realizadas para conservar ou recuperar a edificação, ou quaisquer

instalações que a compõe, com intuito de suprir as necessidades e segurança dos seus usuários.

Se considerarmos que, na Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, deve constar os sistemas e instalações a receberem manutenção, as especificações e sua periodicidade, é possível a Instituição ter um contrato anual com empresas especializadas para execução dos serviços dentro da periodicidade especificada.

Quanto à interação da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações com as ações do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, todos os gestores entrevistados entendem a manutenção das edificações como responsabilidade do Departamento de Obras e Engenharia e cada gestor coloca sua visão de como está acontecendo esta interação trazendo contribuições significativas para o presente Estudo.

Destaco a fala do Gestor G 02, que afirma entender e verificar a necessidade do Departamento interagir com a Manutenção Preventiva, conforme explanação:

Entendemos e verificamos a necessidade, mas ainda toda a atenção e prioridade devida não foi dada a manutenção preventiva, temos atendido de forma reativa. Todos nossos engenheiros e técnicos trabalhando em atividades relacionadas a Expansão ou planejamento e quando surge o problema precisamos arranjar uma solução. Alguns problemas são repetitivos tanto que já existe um “plano de prevenção” com relação a estes, mas a interação do Departamento ainda é reativa, precisamos de um plano base para atender todos os campi de forma padrão (G 02).

Este traz como motivo para o Departamento não atuar na manutenção da forma como deveria, a prioridade dada à Expansão (BRASIL, 2005) e ao fato da não existência de uma política institucional que norteie a manutenção. As intervenções do Departamento de Obras e Engenharia com a manutenção ainda acontecem de forma reativa.

Um dos gestores entrevistados acredita que não está ocorrendo esta interação da Política Institucional de Manutenção

Preventiva com as ações do Departamento de Obras e Engenharia. O relato do Gestor G 01 ilustra isso:

Não está acontecendo esta interação. A Política Institucional de Manutenção não acontece, temos uma Coordenadoria de Manutenção que está em formação desde o início de 2016 mas ainda não foi efetivada, estamos no aguardo desta coordenadoria para então conseguir atuar na manutenção preventiva das edificações. Muitas vezes são feitas obras novas para atender a manutenção, ou muda-se algumas coisas no campus e incluem-se itens nesta obra para atender a manutenção. Utiliza-se o Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preço e o serviço de zeladoria para atender algumas demandas de manutenção, mas a manutenção preventiva das edificações formalizada não está acontecendo (G 01).

Estas tentativas são ratificadas pelo Relatório de Gestão 2013 (IFSC, 2014a), que trata da Manutenção Preventiva das Edificações e a Nota Técnica 02/2015 (IFSC, 2015c) que trata sobre definições de manutenção e o trabalho do serviço de Zeladoria.

O papel do Departamento de Obras e Engenharia para o futuro, segundo o Gestor G 04, será manter o nosso patrimônio Imobiliário:

[...] qualquer necessidade de manutenção as pessoas se reportam ao Departamento de Obras e Engenharia e acho que este será o papel do Departamento par ao futuro, cuidar da manutenção preventiva, cuidar do que temos (G 04).

Estas falas evidenciam a importância da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações formalizada para que a manutenção possa ocorrer e o Departamento de Obras e Engenharia possa atuar de forma correta, além de colaborar com a preservação do patrimônio

histórico institucional, o qual está carregado de significações que refletem a cultura e a história vivenciada pelo IFSC ao longo do seu processo histórico. Estes mediam a vida do homem e contribuem para organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento, ajudando a explicar a realidade e, ao mesmo tempo, transformá-la (BORGES, 1993; FLORÊNCIO et al., 2012).

Ocorre que não é apenas responsabilidade do Departamento de Obras e Engenharia a manutenção das edificações conforme observa o Gestor G 03:

Acredito que a Política de Manutenção Preventiva das Edificações não é uma atribuição exclusiva do Departamento de Obras e Engenharia, e talvez por isso nunca tenha acontecido antes. Ela é também uma questão de gestão. A gestão precisa ter um olhar para que isso se torne uma prioridade do Departamento. Por mais que a manutenção das edificações esteja na lista de atribuições do Departamento e este entenda que é de sua responsabilidade é necessário que a gestão torne a manutenção preventiva das edificações como uma política de gestão, para que se foque na manutenção. De nada adianta ter um departamento preocupado com isso, ter uma política institucional se não houver apoio da gestão e recurso destinado a este fim.

Além da necessidade de se tornar uma política de gestão, há a necessidade de divulgação e visibilidade desta Política Institucional, capacitação para gerenciar a Política de Manutenção para que possa ocorrer a manutenção da forma correta, pois influências políticas internas a Instituição podem atrapalhar a materialização desta Política Institucional, que, segundo Gomes et al. (2013), é a dificuldade de aplicação da lógica gerencialista em uma instituição de educação superior no âmbito público.

A interlocução com o Gestor G 05 corrobora com a afirmação anterior e mostra as dificuldades encontradas na Administração de uma instituição de educação superior, devido a influências políticas:

[...] professores da panificação que me relataram, me trouxeram vídeos e fotos mostrando que estavam há 6 anos com vazamento dentro dos laboratórios em dia de chuva [...] eu acionei o departamento de engenharia, mesmo o campus tendo um engenheiro [...] Criando, inclusive, um mal estar porque eu fui direto ao Departamento de Engenharia pedir apoio para fazer os processos e resolver os problemas. Por isso eu te digo, a pessoa pode estar lá, ter a política, ter o engenheiro no campus [...]. Se ele não está dando conta dos serviços deveria ter acionado o Departamento de Engenharia, pois lá o pessoal poderia ter dado uma luz ou um suporte pra ele, já que ele estava sobrecarregado. Como eu disse, ai entra a política partidária interna, não é nem de partidos políticos, mas é de gestões, que deveriam ficar apenas quando das eleições para cargo, após isso deveria morrer porque precisamos fazer com que a instituição utilize da melhor maneira possível seus recursos, para que desta forma os nossos alunos que são o nosso fim não sofram atrasos ou riscos por conta de alguma atitude que deixou falha na infraestrutura da edificação (G 05).

Isto posto, quanto à categoria de análise Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, a fala dos gestores me permite afirmar que o IFSC não possui uma política institucional formalizada, mas, por sua vez, possui uma prática de manutenção, que, na maioria das vezes, é reativa, ou seja, a manutenção ocorre a medida que os problemas aparecem.

Para a maioria dos gestores, o motivo da prática da manutenção preventiva de maneira inadequada é devido à prioridade dada a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) e a falta de uma política institucional formalizada.

De acordo com a fala dos gestores, posso pontuar que os mesmos reconhecem como responsabilidade do Departamento de Obras e Engenharia a manutenção preventiva das edificações, mas entendem que a interação do Departamento com a

manutenção não está ocorrendo como deveria, ocorre conforme a demanda.

Os gestores percebem as tentativas do Departamento em criar a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, e ações pontuais realizadas. Entendem ainda que, para a efetivação da Política Institucional, é necessário um querer de gestão, reconhecendo ser também uma responsabilidade da gestão de todo o IFSC e não apenas do Departamento de Engenharia.

Por meio da fala de alguns gestores, pude perceber ainda a preocupação com a operacionalização da Política Institucional de Manutenção, uma vez formalizada esta demandará todo um envolvimento dos *campi* e necessitará de um plano de ação detalhado para que possa ser colocada em prática.

5.4 POLÍTICA PÚBLICA DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A terceira e última categoria, Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, apoiou-se nos conteúdos base: concepção e interação com a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC. Quanto a concepção da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), todos entendem ser uma política pública. Sendo assim destaco a fala dos Gestores G 01 e G 04:

Com a transformação dos CEFETs em Institutos Federais, se começou um plano de governo que expandiu a rede para o interior, a intenção era desenvolver o interior do Brasil, não ficando só no litoral brasileiro. Acho que a Expansão da Rede foi neste sentido de desenvolvimento e de evitar a migração de estudantes para o litoral (G 01).

Eu estou a muito tempo na instituição, entrei como aluna e peguei toda a fase de escassez de recursos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, era uma rede muito pequena, uma unidade em cada estado, posteriormente Santa Catarina teve mais 2 unidades. Foi então que a partir de uma

vontade de governo, uma política de governo que se estabeleceu a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que foi um investimento muito importante, por meio desta política que conseguimos levar a educação profissional pública para vários pontos do nosso Estado e, atuamos fortemente nisso tentando verticalizar a oferta de vagas para que a região onde instalado o campus do IFSC consiga se desenvolver de forma que os jovens permaneçam na região estudando e, posteriormente, atuando nela. Sendo assim eu concebo como uma política sensacional porque trata-se de uma política para a educação profissional e tecnológica que vai interferir diretamente no desenvolvimento das pessoas e do local, contribuindo para o desenvolvimento social, melhorando as condições de emprego (G 04).

Estes gestores mostram que entendem a Expansão (BRASIL, 2005), como uma política pública, de um determinado governo, com o intuito de interiorizar a rede e aumentar a oferta de vagas, promovendo o desenvolvimento econômico e social destas regiões onde instalados, o que vai de encontro a afirmação de Pacheco (2011), que diz que a Expansão da Rede EPT(BRASIL, 2005) é uma ação da Política Pública Nacional de Educação para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, bem como o enriquecimento de conhecimento, com objetivo de modificar a vida social. Tem por objetivos, interiorizar a rede e desenvolver as regiões onde instalados os *campi* (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010).

O Gestor G 05 explicita como ocorreu esta Expansão (BRASIL, 2005):

Eu acho que quando ela foi pensada, talvez tenha sido pensada para quebrar uma força de Lei que impedia a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, porém, depois de quebrada esta barreira, começou a ser injetado bastante recurso, só que não foi feito nenhum

planejamento para injeção deste recurso na Rede, aí os setores responsáveis por esta expansão no IFSC, COENGE, Departamento de Engenharia e PROAD precisaram dar "nó em pingo d'água" para resolver questões urgentes. Eles não tinham muito tempo para fazer [...]só que esta falta de planejamento com que foi feita a expansão talvez foi gasto mais dinheiro do que o necessário, mas aquele pensamento de que se não faz enquanto é presidente, talvez não seja reeleito e o outro não faça, isso é coisa do Brasil, que não consegue fazer um planejamento. [...] Você que é da parte da engenharia sabe quanto tempo demanda para fazer um cálculo de projeto, quanto tempo demanda fazer um projeto arquitetônico, quanto tempo demanda planejar cada mobiliário dentro de um espaço para deixar aquele ambiente ideal para que as pessoas trabalhem. Então tudo isso é questão de planejamento que eu acho que não foi levado em consideração na hora de criar esta política (G 05).

O Gestor faz uma crítica à falta de planejamento com que a Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005) foi aplicada, os recursos foram sendo injetados nas instituições, no presente caso o IFSC, sem qualquer tipo de planejamento, e o IFSC necessitou se reestruturar para poder dar conta do volume de trabalho, no que diz respeito a obras e reformas, proveniente da execução desta Política Pública (BRASIL, 2005). Isto está evidenciado no Relatório de Gestão 2005 (CEFET-SC, 2006), que fala da dificuldade de dar conta das fiscalizações das obras em andamento, devido à falta de profissionais, sendo assim, apenas em 2007 os primeiros TAE com formação em engenharia ingressaram no então CEFET-SC (CEFET-SC, 2008c; 2009).

Já, o Gestor G 03 trouxe, em sua fala, a forma como foi definida a expansão, conforme destaque:

Tenho um ponto de vista que a Expansão foi mais decisões políticas que decisões técnicas, no meu entendimento desde que

entrei na instituição, desde de 2008, quando começou a expansão, tínhamos campi antigos que mereciam uma atenção especial e mereciam ser estruturados antes de iniciar a construção de campi novos. Temos uma demanda de alunos, nestes campi antigos, talvez muito maior do que pode vir a ter nos novos campi criados. No meu entendimento foram decisões muito mais políticas que fugiram um pouco da nossa finalidade, que seria o aluno em sala de aula, do que uma decisão técnica. Do meu ponto de vista, algumas cidades que o IFSC abriu campi novos não deveríamos ter, deveríamos ter focado nos campi maiores, ter estruturando-os, que talvez não teríamos despendido tantos recursos e hoje conseguiríamos manter esta estrutura de maneira mais tranquila. Cito um exemplo, acho que um campus em São Carlos não era uma necessidade tão profunda, podíamos ter estruturado bem Chapecó e pensar em deslocar os alunos de São Carlos para Chapecó. Este é só um exemplo dentro de outros que refletem que a Expansão foi muito mais decisões políticas do que técnicas. Acho que a instituição poderia ter aproveitado a oportunidade para estruturar seus campi mais antigo e assim conseguir um número de alunos maior (G 03).

A forma política como foi conduzida a Expansão (BRASIL, 2005), citada pelo Gestor G 03, não apenas no IFSC, mas também nacionalmente, é reflexo da falta de planejamento das ações desta Política, que traz problemas para gestão manter a estrutura, reforçando ai a necessidade de uma política institucional e ratificando a necessidade da Gestão em regionalizar a engenharia (IFSC, 2014b).

Além do mais a explanação do Gestor G 03, reflete a dificuldade da gestão nas tomadas de decisão, uma vez que a mesma está permeada de influências políticas e grupos de interesses (GOMES et al., 2013), decisões estas, se mal tomadas, podem representar problemas futuros.

Sobre a interação da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) com a Política Institucional de Manutenção Preventiva, todos reconhecem a relação entre elas. Para ilustrar ressaltamos as falas dos Gestores G 02 e G 04:

[...] quando mais expandirmos, mas temos que pensar num plano de manutenção. [...] Mas a relação que vejo entre as duas políticas é que quando mais expandimos mas temos que dar manutenção (G 02).

A Política Pública de Expansão tem tudo a ver com a política institucional de Manutenção preventiva das edificações. Agora que a estabelecemos a expansão temos que cuidar, como já mencionei anteriormente, cuidar agora deste nosso grande parque de edificações [...] (G 04).

Apesar de entenderem a relação entre a Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005) e a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, os Gestores G 03 e G 05 reconhecem não haver esta interação, entre as Políticas mas afirmarem que:

No meu ponto de vista não existe a interação entre a Política Pública de Expansão da Rede Federal e a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC. Sei que a expressão desordenada é um pouco forte, mas no meu ponto de vista foi uma expansão desordenada, porque ocorreu no sentido de expandir, construir e depois pensar o que vai se fazer. Acredito que em momento algum teve um estudo para verificar que a Expansão iria multiplicar em tantas vezes nossa área e qual seria o custo futuro que se teria para manter estas edificações. Se houve algum estudo nunca chegou ao meu conhecimento, por isso acredito que nunca houve. Se aproveitou o recurso para construir e não se parou para se preocupar que toda esta expansão lá na frente teria um custo muito alto de manutenção, principalmente o custo anual com a manutenção preventiva. Se

houve esta preocupação nunca chegou ao meu conhecimento (G 03).

Se não tivesse a Política Pública de Expansão não teria todas estas obras, não teria todos estes edifícios. Ai entra a questão que falávamos anteriormente, se não tem planejamento essas coisas não vão ocorrer. A Política Pública de Expansão, dentro do seu não planejamento, não criou um manual de manutenção, até porque não foi criado se quer um manual de criação, quanto mais o de manutenção (G 05).

Mais uma vez a falta de planejamento da Expansão (BRASIL, 2005) foi citada pelo Gestor G 05 como o motivo de não existir interação entre a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) e a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC. Ele inclusive faz algumas sugestões de como este planejamento poderia ter ajudado na manutenção, conforme transcrevo:

[...] as políticas de manutenção seriam facilitadas, caso existisse um projeto base, como isso não foi feito [...] imagina dar manutenção em uma edificação que você nem pensou como ela seria construída. As pessoas pensam que qualquer profissional com conhecimento resolvem os problemas mas não é assim, se não foi feito um estudo antecipado da melhor solução para a edificação, vão requerer mais manutenção. Sem contar o fato das federalizações, em que o governo nos entregou edificações que estavam nas mãos da iniciativa privada para se transformarem num campus do IFSC, recebíamos um prédio pronto e precisávamos adaptá-los as necessidades do campus que ali seria instalado (G 05).

A Expansão (BRASIL, 2005) é uma ação da Política Pública de Educação, do Governo Federal, para reassumir o papel do Estado com a Educação Profissional e Tecnologia, que se

manteve por décadas sem investimento de recursos públicos (PACHECO, 2010; 2011; PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010; SANTOS, 2008). Ocorre que, conforme a fala dos gestores sobre a falta de planejamento, ela pode ter gerado grandes problemas futuros para administração destas instituições e, neste caso, o IFSC. Edificações construídas de forma não padronizada, sem serem observadas as peculiaridades com a sua manutenção, acarretam maior trabalho e dispêndio de mais recurso para sua manutenção, exigindo da gestão do IFSC maior atenção e empenho para utilização dos recursos financeiros, que são geralmente limitados.

Assim sendo, os gestores do IFSC concebem a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) como uma política importante para Educação Nacional, com a interiorização da rede, o aumento na oferta de vagas, e o desenvolvimento das regiões onde instalados os *campi*. Mas, entendem que a forma como ocorreu a Expansão (BRASIL, 2005), sem o devido planejamento, traz problemas sérios para a gestão, como por exemplo, como gerir uma Instituição tão pulverizada no Estado, instalada em regiões tão distintas e como fazer para manter toda esta estrutura, mantendo um bom nível de qualidade na formação e se utilizando de recursos limitados.

Ademais, os gestores reconhecem que o aumento do patrimônio imobiliário, nas proporções que ocorreu, acarreta em manutenção, que necessita planejamento e recurso financeiro para ser realizada. Identificam também que o planejamento da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005) facilitaria a organização e realização da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC. Estruturas físicas, bem planejadas e padronizadas demandariam menor manutenção, padronizariam os procedimentos e, conseqüentemente, demandariam menos recurso para a sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando o objetivo geral inicialmente proposto para este Estudo, compreender como os gestores do IFSC concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, é possível pontuar que os gestores concebem a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações como a ferramenta necessária para preservação do patrimônio imobiliário do IFSC, patrimônio este proveniente da Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005). Promovendo, deste modo, a manutenção do processo histórico e cultural vivenciado pelo IFSC e o que este representa para a sociedade, contribuindo para a formação do cidadão.

Os gestores do IFSC conhecem o processo histórico do Departamento de obras e Engenharia e sua evolução ao longo do tempo. Reconhecem a importância da Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005), na evolução do Departamento, bem como a importância deste para a expansão da Instituição. Os gestores têm ciência das responsabilidades do Departamento com a infraestrutura do IFSC, no que diz respeito ao planejamento, projeto, orçamento e fiscalização de obras e reformas, assim como a manutenção do patrimônio imobiliário institucional. Reconhecem que atuação deste ainda encontra-se aquém do que se esperava, devido a prioridade dada pela gestão ao processo de expansão e seu envolvimento burocrático com os processos de contratação de obras e serviços de engenharia.

Na visão dos sujeitos da pesquisa, o IFSC não possui uma Política Institucional de Manutenção Preventiva formalizada, mas possui uma prática de manutenção, que ocorre de forma pontual e reativa. Os gestores entendem que a manutenção preventiva das edificações é responsabilidade do Departamento de Obras e Engenharia, que não consegue atuar nesta de forma satisfatória devido à prioridade dada pela Gestão do IFSC à Política Pública de Expansão (BRASIL, 2005). Reconhecem ainda que, mesmo com uma política institucional de manutenção formalizada, se a Gestão não tornar esta uma política de gestão, o Departamento continuará atuando de forma incipiente. Há uma notória preocupação dos gestores do IFSC com a operacionalização

desta Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Quanto à Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), os gestores concebem como uma política importante para Educação Nacional, a qual promoveu a interiorização da rede, o aumento no número de vagas e o desenvolvimento regional, onde instalados os *campi*. Mesmo assim, reconhecem que esta Expansão ocorreu sem planejamento adequado e permeada de influências políticas, que trouxeram problemas para com a manutenção do patrimônio imobiliário proveniente desta, demandando maior esforço da Gestão do IFSC para promover a manutenção preventiva das edificações, tanto do ponto de vista financeiro quanto gerencial.

A gestão, ou seja, os sujeitos participantes da Pesquisa, reconhecem a importância da manutenção preventiva das edificações para preservação do patrimônio histórico e cultural do IFSC. Todavia concebem que a gestão nega este reconhecimento, ao não priorizar a formalização da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Isto posto, uma contradição se evidencia neste Estudo, ao mesmo tempo que a manutenção preventiva das edificações é uma prática de gestão, esta é negada pela falta de uma concepção de gestão, de uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Com vistas a tentar superar esta contradição e a carência de uma gestão voltada para o fortalecimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, proponho as seguintes ações:

- Planejar as atividades do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC, para que este possa se dedicar a atividades que são exclusivamente de sua competência e expertise. Deixando assim de realizar trabalhos como montagem de processos e editais de licitação, atividades burocráticas que tomam muito tempo da equipe técnica, que é limitada.
- Priorizar o desenvolvimento de diretrizes para uma Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC, promovendo um grupo interdisciplinar, com a participação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

- Fomentar capacitação sobre a importância da promoção da manutenção preventiva das edificações nos *campi*, de maneira a envolver toda a comunidade, incluindo gestores, nesta temática, bem como divulgar a Política Institucional de Manutenção Preventiva da Edificações.
- Fortalecer a manutenção preventiva das edificações nos *campi* por meio da admissão de Técnicos Administrativos com formação na área de Edificações, de maneira que estes façam a gestão da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, no que diz respeito a vistorias periódicas, sinalização da necessidade de contratação de serviços especializados de manutenção e fiscalização da execução dos mesmos, além de prestar apoio técnico ao Departamento de Obras e Engenharia.
- Promover licitação anual dos serviços especializados de manutenção para os sistemas prediais necessários, de forma facilitar contratação no momento necessário, promovendo deste modo celeridade ao processo.
- Promover a padronização das construções do IFSC, por meio da elaboração de um caderno de encargos, que balizará futuras construções e facilitará as manutenções, além de ajudar em caso de novos episódios de Expansão da Instituição.

Almejo, como pesquisadora, encaminhar os resultados desta Pesquisa à Pró-Reitoria de Administração do IFSC e ao Departamento de Obras e Engenharia, de maneira a colaborar com o processo de desenvolvimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações e promover reflexões acerca dos resultados encontrados.

Para estudos futuros sugiro a realização da pesquisa na perspectiva dos servidores do Departamento de Obras e Engenharia e com as Chefias dos Departamentos de Administração dos *Campi*.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674**: Manutenção de edificações: requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro, 2012. 25 p.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes de Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.

ALOISE, Julia Miranda. **O restauro na atualidade e a atualidade dos restauradores**. 2015. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artigos_do_patrimonio_O_restauro_na_atualidade_e_a_atualidade_dos_restauradores_JuliaMiranda.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artigos_do_patrimonio/O_restauro_na_atualidade_e_a_atualidade_dos_restauradores_JuliaMiranda.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ARAÚJO, Judith Maria Daniel de. A direção e o sentido da educação profissionalizante industrial e o Decreto 2.208/97. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação profissional e tecnológica**: memórias, contradições e desafios. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora, 2006. cap. 3, p. 63-97.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jan. 1937. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, 1942a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, 1942b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Decreto nº 20.754, de 15 de março de 1946. Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que menciona, situados em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=153602>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Decreto nº 4.038, de 16 de outubro de 1959. Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

_____. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas

Técnicas Federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 ago. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. Portaria nº 331/1968, de 06 de junho de 1968. Altera a Portaria nº 239 de 03/09/1965. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 jun. 1968.

_____. Lei nº 5.619/1971, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 ago. 1971a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. Lei nº 5.727, de 04 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 04 nov. 1971b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 jun. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 out. 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7044.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez. 1994a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

_____. Portaria nº 724/1994, de 13 de maio de 1994. O Ministro de Estado da Educação e do Desporto no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria Ministerial nº 67, de 06 de fevereiro de 1987, resolve [...]. Publicada no DOU de 18/05/1994. Brasília: MEC, 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 maio 1994b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=26&data=18/05/1994>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Portaria nº 862/1994, de 11 de julho de 1994. O Secretário da Educação Média e Tecnológica do Ministro de Estado da Educação e do Desporto no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.692/71, art. 5º, Parágrafo único, alínea “e”, com a redação dada pela Lei nº 7.044/82, e os pareceres nº 3.764;74, 825;79, 45/72 e resolução 06/86 do Conselho Federal de Educação e o que consta no processo nº 2.300.006818/94-21, resolve [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jul. 1994c.

Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=49&data=13/07/1994>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1996.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. DOU. Decreto de 26 de março de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 mar. 2002. Seção 1, n. 59, p. 2.

_____. Lei nº 11.195, de 08 de dezembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de

1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. PROEP quer avaliar funcionamento das escolas profissionalizantes. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/1325-proep-quer-avaliar-funcionamento-das>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. **Prestação de contas ordinária anual**: relatório de gestão 2010. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 fev. 2016.

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Coleção de Lei da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2015. Brasília: SETEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

BRASIL. **Banco de Teses e Dissertações**. 2016. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Expansão da Rede Federal**. 2017a. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Instituições da Rede**. 2017b. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes/>>. Acesso em: 29 mar. 2016

BURIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na:** um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande. 2003. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CEFET-SC. **Relatório de gestão:** exercício de 2005. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Docs/Publicacoes/relatorios/relgest05.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

_____. **Relatório de gestão:** exercício 2006. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/sic/3/relatorio_2006-versaopublicacao.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

_____. Portaria nº 444/2008, de 20 de junho de 2008. A Diretora-Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e do artigo 30 do Regimento Interno, resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 jun. 2008a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=14&data=23/06/2008>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CEFET-SC. Portaria nº 817/2008, de 29 de agosto de 2008. A Diretora Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e do artigo 30 do Regimento Interno, resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 ago. 2008b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=12&data=01/09/2008>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. **Relatório de gestão**: exercício 2007. Florianópolis, 2008c. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/sic/3/relatorio_2007formato%20cg u.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

_____. **Relatório de gestão**: 2008. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/images/sic/relatorio%20de%20gestao%202008%20versao%20final%20-%201%20junho%202009.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

CHAUÍ, Marilena. A universidade sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set. 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional: As políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos de educação, ciência e tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Ufpb, 2012. p. 1492 - 1508. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2016.

ETF-SC. **Relatório de gestão**: exercício de 1999. Florianópolis, 2000. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Docs/rel_gest1999.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

ETF-SC. **Relatório de gestão**: exercício de 2000. Florianópolis, 2001. Disponível em:
<http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Docs/rel_gest2000.pdf
>. Acesso em: 19 fev. 2016.

FLORENCIO, Sônia Rampim et al. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Educacao_Patrimonial_m.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

GOMES, Osmilda da Fonseca et al. Sentidos e implicações da gestão universitária para os gestores universitários. **Revista Gestão Universitária América Latina**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 234-255, dez. 2013.

GOMIDE, Denise Camargo. O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: JORNADA DO HISTEDBR, 11., 2013, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Histedbr, 2013. p. 1 - 14. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_simposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

GOMIDE, Tito Lívio Ferreira; PUJADAS, Flávia Zoéga Andreatta; FAGUNDES NETO, Jerônimo Cabral Pereira. **Técnicas de inspeção e manutenção predial**: vistorias técnicas, check-up predial, normas comentadas, manutenção x valorização patrimonial e análise de risco. São Paulo: Pini, 2006.

IFSC. Portaria nº 143/2009, de 13 de fevereiro de 2009. A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 fev. 2009a. Disponível em:
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/02/2009&jornal=2&pagina=25&totalArquivos=64>>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. Portaria nº 154/2009, de 13 de fevereiro de 2009. A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 fev. 2009b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/02/2009&jornal=2&pagina=25&totalArquivos=64>>. Acesso em: 14 out. 2015.

IFSC. **Institucional**. Regimento geral. Florianópolis, 2010a. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/resolucoes2010/cs_resolucao54_2010_aprova_regimento_geral_atualizado2014i.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2015.

_____. **Institucional**. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis, 2010b. Disponível em: <<http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/res2009/Resolucao%20n%2028%20-%20ESTATUTOalterado.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

_____. Instrução Normativa nº 02/2010, de 05 de novembro de 2010. Das competências e atribuições das coordenadorias do IFSC – Reitoria. **Coleção de Lei da República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 nov. 2010c. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/NORMAS/2010/Instru%C3%A7%C3%B5es%20Normativas/IN_02_2010.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

_____. Portaria nº 319/2012, de 08 de março de 2012. A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 mar. 2012a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=27&data=09/03/2012>>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. Portaria nº 322/2012, de 08 de março de 2012. A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 mar. 2012b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=27&data=09/03/2012>>. Acesso em: 14 out. 2015.

IFSC. Prestação de contas e relatório de gestão: exercício de 2011. Florianópolis: IFSC, 2012c. 292p. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/sic/relatorio_gestao2011.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **Prestação de contas ordinária anual do exercício 2012.** Florianópolis: IFSC, 2013. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/images/sic/3/pc2012cpf.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **Relatório de gestão e de prestação de contas do IFSC:** exercício de 2013. Florianópolis: IFSC, 2014a. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Publicacoes/2013/RG_2013-IFSC.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional do IFSC:** 2015-2019. Florianópolis: IFSC, 2014b. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/copadin/PDI_IFSC_versao_final_menor.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. Portaria nº 895/2015, de 31 de março de 2015. A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 mar. 2015a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=35&data=01/04/2015>>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. **Institucional.** Missão, Finalidade e Valores. Florianópolis: IFSC, 2015b. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

_____. **Nota Técnica nº 02/2015:** Manutenção em edificações – definições e zeladoria. Departamento de Obras e Engenharia. Florianópolis: IFSC, 2015c. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=176&Itemid=280>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Relatório de gestão do exercício de 2014.** Florianópolis: IFSC, 2015d. Disponível em:

<https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/DGC/prestacao_de_contas_2014/RG_2014-IFSC.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2016.

IFSC. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Geraldo Werninghaus. O Câmpus. Jaraguá do Sul: IFSC, 2016a. Disponível em: <http://gw.ifsc.edu.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=29>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Florianópolis. Linha do Tempo. 1981 a 1990. Florianópolis: IFSC, 2016b. Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/1981-a-1990/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. **Institucional**. Histórico do IFSC. Florianópolis: IFSC, 2017a. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao?id=152>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Intranet. Departamento de Obras e Engenharia. Florianópolis: IFSC, 2017b. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=176&Itemid=280>. Acesso em: 29 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Florianópolis. Linha do Tempo. 1910. Florianópolis: IFSC, 2017c. Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/1910-2/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Florianópolis. Linha do Tempo. 1911 a 1920. Florianópolis: IFSC, 2017d. Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/1911-a-1920/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Florianópolis. Linha do Tempo. 1921 a 1930. Florianópolis: IFSC, 2017e. Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/1921-a-1930/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

IFSC. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Florianópolis. Linha do Tempo. 1961 a 1970. Florianópolis: IFSC, 2017f. Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/1961-a-1970/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. Câmpus Florianópolis. Linha do Tempo. 1991 a 2000. Florianópolis: IFSC, 2017g. Disponível em: <<http://sites.florianopolis.ifsc.edu.br/mifsc/1991-a-2000/>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Conheça os Câmpus do IFSC. O IFSC em Santa Catarina. Florianópolis: IFSC, 2017h. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/clique-veja-mapa-sc>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Estatísticas e Informações Acadêmicas. Anuário Estatístico. Florianópolis: IFSC, 2017i. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/anuario-estatistico>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Missão, Visão e Valores. Florianópolis: IFSC, 2017j. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br/menu-institucional/missao>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. **Institucional**. Licitações e contratos. Florianópolis: IFSC, 2017k. Disponível em: <<https://sig.ifsc.edu.br/public/ContratosPublic.do?aba=p-contratos&acao=156>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINS, Walquíria. **A gestão de compras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa**

Catarina (IFSC): uma relação com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Administração Universitária, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** São Paulo: Livraria Acadêmica, 1955.

NOVA, Natielle Maiolino Rosa Villa. **A perspectiva das Políticas Educacionais de Gustavo Capanema para o Ensino Secundário de 1934 a 1945.** 2011. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <[http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos 2011/Turma 31/Natielle_Nova.pdf](http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos%202011/Turma%2031/Natielle_Nova.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

OTRANTO, Célia Regina; PAMPLONA, Ronaldo Mendes. Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: Dicotomia na educação e na sociedade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SBHE, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=873>. Acesso em: 24 jul. 2016.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Note/Downloads/Os%20Institutos%20Federais%200\(1\).pdf](file:///C:/Users/Note/Downloads/Os%20Institutos%20Federais%200(1).pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2015.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna Ltda., 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 71-87, jan./ jun. 2010.

Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascritica/article/viewFile/1429/1065>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

PASCUCI, Lucilaine et al. Managerialism da gestão universitária: Implicações do planejamento estratégico segundo a percepção dos gestores de uma universidade pública. **Gestão Universitária América Latina**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.37-59, jan. 2016.

PERARDT, Suzany; BURIGO, Carla Cristina Dutra. A concepção de universidade e a inter-relação com o processo da gestão universitária. **FAE**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 80-93, jan. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/90/60>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado. **Textos Para Discussão**, Brasília, v. 1, n. 9, p. 4-22, out. 2001. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/documents/586010/601535/9texto.pdf/6f1673a4-be8f-4a8b-9002-df02f779993e>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **A gestão universitária: um estudo na UFPA, de 2001 a 2011**. 2013. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Para, Belém, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade do Século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: [S.n.], 2008. cap. 1. p. 13-106. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

TAVARES, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul.

Anais... Caxias do Sul: Ucs, 2012. Disponível em:
<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Catálogo Pergamum.** 2016. Disponível em:
<<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>.
Acesso em: 01 mai. 2016.

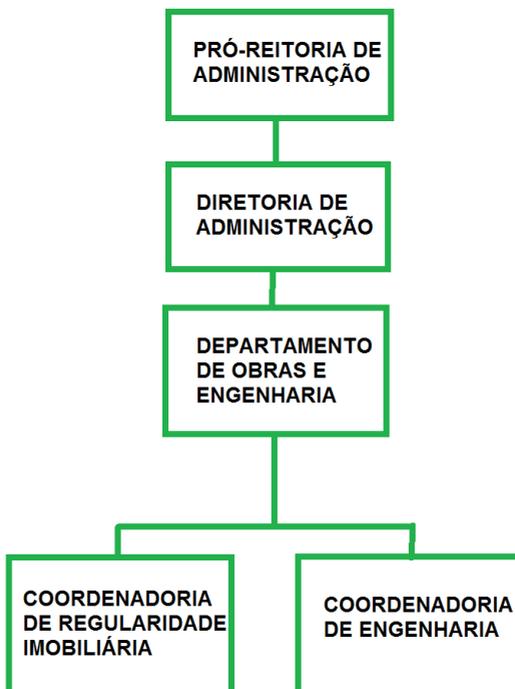
VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968 - 1973): Uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, jun. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006#back>. Acesso em: 24 jul. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo?. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, jan. 2012. Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/2631>>. Acesso em: 24 jul. 2016

ANEXOS

ANEXO A – Organograma da PROAD



Fonte: IFSC (2010a).

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES: o olhar dos gestores

Pesquisador: Carla Cristina Dutra Búrigo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61602216.6.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.920.965

Apresentação do Projeto:

A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES: o olhar dos gestores

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Com o intuito de responder a pergunta de pesquisa, proponho como objetivo geral: Compreender como os gestores do IFSC concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Objetivo Secundário:

Objetivos específicos: 1) Descrever o processo histórico de criação do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC; 2) Contextualizar a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC; 3) Conhecer o processo de expansão do IFSC a partir das diretrizes da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; 4) Propor ações com vistas ao fortalecimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver indivíduos com autonomia plena,

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3721-8004 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.620.905

sendo toda a amostra escolhida de gestores com no mínimo o nível superior (exigência para a ocupação da maioria dos cargos), não havendo possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral ou intelectual dos entrevistados, porque eles irão discorrer sobre a relação entre a expansão, ocorrida no IFSC no período de 2005 a 2016, e a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações, sendo que será respeitado todos os preceitos

estabelecidos na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. Para preservar o sigilo das informações e o participante ficar mais tranquilo, as entrevistas serão realizadas em seus gabinetes ou outro local sugerido por eles, mas que seja mantido o sigilo e a não interferência externa. Se ocorrer a possibilidade de constrangimento, mal estar ou stress do entrevistado ao ser interpelado, será reforçada a informação da manutenção do sigilo, do descarte posterior das gravações e que ele tem a liberdade para não responder a questão ou se abster da entrevista.

Também, caso não seja permitida a gravação, será o conteúdo transcrito, durante a entrevista, com a revisão do entrevistado. Cabe informar, que havendo a negativa de um entrevistado ele poderá ser substituído por outro, tendo em vista o tamanho da população apresentada no projeto.

Benefícios:

Espera-se com a realização da pesquisa auxiliar a administração do IFSC, propondo ações para o fortalecimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, para a fundamentação teórica foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental.

Para coleta dos dados será aplicado uma entrevista semi-estruturada aos participantes e os dados coletados serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3721-8004 E-mail: cnp.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 1.920.905

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P PROJETO_817320.pdf	31/10/2016 17:06:28		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/10/2016 17:04:52	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO.pdf	31/10/2016 17:04:36	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito
Outros	ATA_EXAME_QUALIFICACAO.pdf	31/10/2016 00:13:09	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito
Outros	DECLARACAO_UFSC.pdf	31/10/2016 00:12:44	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_IFSC.pdf	31/10/2016 00:12:10	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/10/2016 23:50:06	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_GISELI_MARTINS.pdf	30/10/2016 23:47:47	Carla Cristina Dutra Búrigo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 15 de Fevereiro de 2017

 Assinado por:
 Ylmar Correa Neto
 (Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
 Telefone: (48)3721-8294 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Informações

1 Dados de identificação:

- 1.1 Cargo:
- 1.2 Função:
- 1.3 Unidade de lotação:
- 1.4 Quanto tempo exerce a função de gestor:
- 1.5 Ingresso no IFSC:

2 Quanto ao Departamento de Obras e Engenharia do IFSC:

- 2.1 Você conhece o processo histórico do Departamento de Obras e Engenharia? Comente.
- 2.2 Comente sobre o Departamento de Obras e Engenharia. Sua finalidade; seu papel institucional; entre outros.

3 Quanto a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC:

- 3.1 Como você concebe a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC? Comente.
- 3.2 Como você percebe a interação das atribuições do Departamento de Obras e Engenharia com a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC? Comente.

4 Quanto a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

- 4.1 Como você concebe a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica? Comente
- 4.2 Como você percebe a interação entre a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC? Comente.

Gostaria de acrescentar alguma outra consideração?

Obrigada.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante,

Meu nome é Giseli Martins, sou estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Dra. Carla Cristina Dutra Burigo (PPGAU/UFSC), que tem por título **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS EDIFICAÇÕES: o olhar dos gestores**, cujo objetivo geral é Compreender como os gestores do IFSC concebem, diante da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005), a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações. Os objetivos específicos são: 1) descrever o processo histórico de criação do Departamento de Obras e Engenharia do IFSC; 2) contextualizar a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações do IFSC; 3) conhecer o processo de expansão do IFSC a partir das diretrizes da Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005); e, 4) propor ações com vistas ao fortalecimento da Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações.

Para tanto, serão utilizados como ferramenta de coleta dos dados um roteiro de entrevista semiestruturada, a ser aplicados aos gestores dos *campi* IFSC, da Região da Grande Florianópolis e Reitoria, abordando os seguintes temas: o Departamento de Obras e Engenharia, a Política Institucional de Manutenção Preventiva das Edificações e a Política Pública de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005).

Os riscos desses procedimentos serão mínimos, por envolver indivíduos com autonomia plena, não havendo possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral ou intelectual dos entrevistados, porque eles irão discorrer sobre o a manutenção preventiva das edificações do IFSC, sendo que serão respeitados todos os preceitos estabelecidos na Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), do Conselho Nacional de Saúde, visando manter o sigilo e privacidade dos participantes em todas

as fases da pesquisa e que a gravação dos relatos, será descartada logo após a conclusão da análise das informações apresentadas. Também cabe esclarecer que o participante pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer tipo de constrangimento.

Os benefícios da sua contribuição com esta pesquisa poderão ser observados nas informações que serão geradas para propor ações para fortalecimento da Política Institucional de Manutenção das Edificações do IFSC.

O participante não receberá nenhum recurso financeiro, pois a legislação brasileira não permite compensação por participação em pesquisa, mas todas as despesas comprovadamente vinculadas ao estudo, caso houverem, serão ressarcidas em sua integralidade pela pesquisadora.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção da dissertação de mestrado e de artigos técnicos e científicos. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas no e-mail giseli@ifsc.edu.br, pelo telefone (48) 9914-1405 ou pela entidade responsável (PPGAU/UFSC) pelo telefone (48) 3721-6525. Contato do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC) que avaliou este projeto: (48) 3721-6094.

Agradecemos a sua participação.

Mestranda
Giseli Martins

Orientadora Prof.^a
Carla Cristina Dutra Burigo, Dr.^a

Eu, _____, CPF nº _____ declaro ter sido informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa descrito anteriormente e, que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Assinatura _____

Data: ____/____/____